DIREITOS POLÍTICOS: INELEGIBILIDADE DE PESSOAS ANALFABETAS

Matheus Morais Sizílio

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Matheus Morais Sizílio

Direitos Políticos: Inelegibilidade de Pessoas Analfabetas

1ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sizílio, Matheus Moraes
S583D Direitos Políticos: Inelegibilidade de Pessoas Analfabetas
/ Matheus Moraes Sizílio. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2021

57 f.: il

DOI: 10.37423/2021.edcl389

ISBN: 978-65-5367-033-4

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. direito-político-inelegibilidade-pessoas-analfabetas 2. inelegibilidade-de-analfabetos 3. direitos-políticos 4. direito-eleitoral I. Sizílio, Matheus Moraes II. Título

CDU: 340

<https://doi.org/10.37423/2021.edcl389>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

Dr. João Luís Ribeiro Ulhôa

Dra. Eyde Cristianne Saraiva-Bonatto

MSc. Frederico Celestino Barbosa

MSc. Carlos Eduardo de Oliveira Gontijo

MSc. Plínio Ferreira Pires

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2022

10.37423/2021.edcl389

Dedico este trabalho de conclusão de curso primeiramente a Deus por ter me proporcionado saúde e sabedoria para chegar até o final do Curso de Direito; agradeço também a minha mãe Érica que sempre me apoiou e investiu nos meus estudos sendo minha rocha e exemplo de pessoa; a minha noiva Naiane a melhor companheira que a vida me deu, é meu porto seguro e de onde tiro minhas forças; a minha filha Liz que ainda está no ventre da minha noiva, mas que já mudou minha vida imensamente desde que descobrimos sua chegada; aos meus amigos Paulo, Pedro, Rodrigo, Roberto e Reuler que sempre me apoiaram.

Agradeço primeiramente à Deus pelo dom da vida e sabedoria para conseguir concluir mais essa etapa na minha vida,

À minha mãe,

À minha noiva,

À minha filha,

À minha família,

Ao meu amigo Paulo,

Ao meu amigo Pedro,

Ao meu amigo Reuler,

Ao meu amigo Roberto,

Ao meu amigo Rodrigo.

Resumo: A monografia cujo tema é Direitos Políticos: A inelegibilidade de pessoas analfabetas. O trabalho tem como principal objetivo discutir quanto os diferentes entendimentos e posicionamentos doutrinário e jurisprudencial referente ao direito do sufrágio universal na busca de cargos eletivos quando utilizado de forma passiva, e que muitas vezes os candidatos que ali estão são analfabetos. Também vamos falar quanto ao analfabetismo sendo um item de inelegibilidade, suas questões históricas e culturais que culminaram para este tipo de preconceito com as pessoas consideradas semi alfabetizadas. Nos capítulos que seguem, temos a diferenciação quanto as características do direito eleitoral, as definições do direito político, e um item constitucional que é o direito ao sufrágio universal para pessoas analfabetas. No último capítulo tem-se a análise de jurisprudências em que as pessoas analfabetas conseguem deferimento de suas candidaturas aos cargos eletivos, muito comum para a vereança e até mesmo cargos do poder executivo. Neste trabalho iremos tratar sobre isso, e falar também sobre os direitos políticos e constitucionais do cidadão brasileiro. O problema é, como se apresentam as regras legais em relação ao sufrágio universal para os analfabetos e a sua verificação nos casos concretos? Conclui-se que o analfabetismo não é o suficiente para indeferir a candidatura de cargos eletivos, sendo aceito nos tribunais pátrios que as pessoas com menos instrução de alfabetização, possam usufruir completamente do direito de sufrágio, podendo votar e ser votado. Utilizando o procedimento técnico de revisão bibliográfica e o método de abordagem dedutivo.

Palavras Chave: Inelegibilidade. Analfabetismo. Direitos Políticos. Sufrágio.

Sumário

1 – INTRODUÇÃO	7
2 – ASPECTOS POLÍTICOS E HISTÓRICOS DO ANALFABETISMO NO BRASIL	9
2.1. – ANALFABETISMO ITEM DE INELEGIBILIDADE	14
2.2 – TIPOS DE INELEGIBILIDADE	18
2.3 - INELEGIBILIDADE CONSTITUCIONAL	20
2.4 - INELEGIBILIDADE INFRACONSTITUCIONAL	22
3 – DIREITO POLÍTICO	23
3.1 - DIREITO ELEITORAL	25
3.2 PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL	26
3.4 - CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE SUFRÁGIO	30
4 - DOS CRITÉRIOS DE VERIFICAÇÃO DO ANALFABETISMO	32
4.1. – ANALFABETISMO PERANTE AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	32
4.2 – DAS PESSOAS ANALFABETAS EM CARGOS ELETIVOS	36
4.3- RESPONSABILIDADE CIVIL	40
4.4– ANALFABETISMO PERANTE CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL	42
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
6- REFERÊNCIAS	52

1 – INTRODUÇÃO

Esta monografia tem o condão de pesquisar sobre o Direito Político e a Inelegibilidade de Pessoas Analfabetas. O Direito Político é exercido no sistema democrático por meio do sufrágio universal, que é o direito de votar e ser votado, como se sabe todos podem votar, observando as condições específicas em lei, como a faculdade para quem é menor de 18 anos e para aqueles que tem mais de 70 anos, fora esses casos, todos aqueles que possuem um nível mínimo de capacidade jurídica têm direito ao voto e devem exercê-lo.

Porém existem pessoas analfabetas que querem ocupar cargos públicos nos Poderes Executivo e Legislativo, sendo estes totalmente impedidos de concorrerem a estes cargos, vez que contrariam a nossa Constituição Federal de 1988. Nesta senda, como se apresentam as regras legais em relação ao sufrágio universal para os analfabetos e a sua verificação nos casos concretos?

Tem-se como hipótese que no Direito Brasileiro não existe o termo pessoas semianalfabetas, entende-se somente como alfabetizadas e não alfabetizadas, sendo que as pessoas analfabetas não fazem uso do direito de sufrágio por completo, não podendo estes serem eleitos. Mas acontece que a Justiça Eleitoral compreende que o conhecimento rústico da língua portuguesa é considerado como alfabetizado, não tendo um grau mínimo para que sejam eleitos. No Brasil ainda existem impressionantes 11,3 milhões de analfabetos, segundo dados do IBGE em junho de 2019, uma taxa de 6,8% de pessoas acima de 15 anos que não sabem ler nem escrever, e este número representa em grande parte a população dos interiores dos Estados, onde o número de pessoas analfabetas é mais escancarado. (IBGE, 2019).

Um caso muito recorrente são os candidatos que concorrem às eleições e são completamente analfabetos ferindo um princípio constitucional e no caso de serem eleitos perdem o mandato eletivo e com fundamento no Artigo 14, §4º da Constituição Federal.

O objetivo geral desta monografia é demonstrar por meio de estudos científico o direito de sufrágio universal do analfabeto. O primeiro objetivo específico consiste em apontar os aspectos políticos e história do analfabetismo no Brasil; o segundo objetivo específico é compreender o Direito Político no Brasil; e, o terceiro objetivo específico consiste em trazer as divergências doutrinárias no tocante a definição de analfabetismo perante aos diferentes institutos que regem o ordenamento jurídico do Brasil.

O grande problema são as diferentes formas de concepção de Analfabeto, em nosso Dicionário (ANALFABETO, 2020), o analfabeto é aquele que: "não conhece o alfabeto; que não sabe ler ou escrever; absolutamente ou muito ignorante". Assim bem como a divergência do significado da palavra, o Direito adota somente o reconhecimento de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas; enquanto a Justiça Eleitoral compreende que pessoas com o conhecimento básico da língua, os "*semianalfabetos*", são considerados alfabetizados, podendo por tanto serem candidatos a cargos públicos através do voto, causando assim diferentes posicionamentos quanto o tema abordado neste trabalho em relação as pessoas que podem ou não serem candidatos.

Sabemos todos que o problema social e cultural do número de pessoas analfabetas é algo que está muito longe de ser totalmente sanado, mas não desviemos o foco do presente projeto que não é discutir o porquê ainda existem pessoas analfabetas, e sim os acontecimentos relacionados a este grupo de pessoas que querem usufruir o direito de sufrágio universal.

Esta monografia também demonstrará por meio de estudos, dados e de todas as formas possíveis os direitos dos analfabetos perante a Justiça Eleitoral, vez que, estão em posse ou concorrendo a cargos eletivos políticos, porém são impedidos por força de um artigo que está na nossa Carta Magna, lei maior que vigora no nosso país, mas que ao entender da Justiça Eleitoral pessoas, ao pé da letra, semi-analfabetas são eleitas e fazem uso de seu cargo político, por entender que o simples conhecimento rústico da língua portuguesa é caracterizado como alfabetizada, não tendo um grau mínimo, algo muito contraditório, pois não faz sentido algum eleger uma pessoa que não vá saber como propor uma lei em prol da sociedade, não por não querer fazer o bem, mas sim pelo simples fato de ter um conhecimento limitado.

Isto posto, as justificativas para esta monografia, busca por esclarecer algumas obscuridades quanto ao Direito Político e principalmente quanto ao direito de sufrágio universal, onde muitas vezes não se tem uma boa instrução como a forma em que este funciona, deixando os polos comunicáveis quanto o exercício integral deste direito, se vota sem saber da competência e capacidade, se candidatam sem saber qual o verdadeiro objetivo de um mandato eletivo. Então este projeto irá esclarecer a grande divergência de corrente que paira sobre o tema.

O tema abordado é de suma importância para a sociedade entender um pouco mais quanto as exigências para que uma pessoa seja eleita, grande parcela da população não sabem quanto a competência de seus representantes e muitas vezes entendem que o dever de um deveria ser de outro e vice versa, e quanto ao direito de sufrágio universal, muitos candidatos vão por deferência de amigos

e familiares, mas quando chega na labuta não conseguem compreender a imensidão da complexidade em ser um legislador ou executivo de uma cidade, estado ou país. Muito se deve pela má instrução de ensino e que as vezes o ensino é mínimo, fazendo destas pessoas semianalfabetas, que possuem poder de administrar cidades, estados e países.

Uma justificativa jurídica é a divergência existente na nossa Constituição Federal de 1988, em seu §4º, artigo 14 quando fala das pessoas inelegíveis aos cargos eletivos que sejam analfabetas, porém o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entende que o simples conhecimento rústico da língua brasileira já é considerado como semialfabetizado, restando para os juristas lidar com essa polaridade de pensamentos enquanto muitas pessoas analfabetas ou semianalfabetas são eleitas por meio de voto popular para gerir os cargos.

O método utilizando o procedimento técnico de revisão bibliográfica e o método de abordagem dedutivo, tendo em vista o problema levantado, foi utilizado jurisprudências de casos concretos do tema abordado, para se chegar à uma conclusão do presente trabalho.

No primeiro capítulo será tratado os aspectos políticos e históricos do analfabetismo no Brasil, tratando dos tipos da inelegibilidade, as inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais e também o analfabetismo como um item de inelegibilidade.

No segundo capítulo será abordado as definições do que é direito político como uma ramificação de direitos positivo, o direito eleitoral e seus princípios, e as características do direito de sufrágio, com a definição de quem pode ter esse direito velado.

No último capítulo será versado quanto os critérios de verificação do analfabetismo, juntamente à Constituição Federal e posteriormente ao Conselho Nacional de Justiça, será apresentado casos concretos de pessoas analfabetas que ocupam cargos eletivos, assim bem como a responsabilidade civil sobre estes.

2 – ASPECTOS POLÍTICOS E HISTÓRICOS DO ANALFABETISMO NO BRASIL

No Brasil o índice de pessoas analfabetas tem caído detidamente, visto que todos os anos os planos de ensino mudam, assim como as perspectivas de que o número de pessoas analfabetas também diminua, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) no ano de 2019 foi registrado 6,6 % da população que não sabe ler ou escrever, correspondente há 11 milhões de pessoas, um número expressivo quando se trata de alfabetização, e o mais preocupante é que esses dados são aferidos com pessoas com mais de 15 anos de idade.

O fato de a educação não chegar a todas as pessoas, acaba que impede o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", como disposto na Constituição Federal de 1988. Porém isso só é possível quando ela é distribuída igualmente para todas as pessoas, independentemente de sua classe social, idade, cor, raça ou sexo.

A educação faz parte das políticas sociais, fazendo parte do núcleo de sistema de promoção social com a capacidade de ampliar as oportunidades para os indivíduos e sendo um elemento de estratégia para o desenvolvimento econômico. No Brasil, recentemente, tiveram avanços cruciais para a ampliação do acesso a todos os níveis de educação, tendo a universalização do Ensino Fundamental. Porém, ainda é um grave problema a baixa escolaridade média da população e desigualdade permanente, a forma com o que a educação é distribuída entre a sociedade é ábsona entre as regiões do Brasil. (CASTRO, 2009)

Mas toda essa questão de analfabetismo em nosso país advém de uma série de fatores pré existentes na formação da nossa sociedade atual, tal como o monopólio e detenção de todo o poder nas mãos de algumas poucas pessoas que decidiam quem no Brasil iria estudar, não dando muitas oportunidades para as pessoas de baixa renda que vivia nas margens das grandes cidades ou em cidades pequenas nos interiores dos estados, assim bem como pessoas negras, que tinham seu direito de estudar velado pelos brancos poderosos.

Como vemos a evolução do gráfico a seguir:

Figura 1: Tabela IBGE anos de estudo

Tabela 1

Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade,
por categorias selecionadas –1992-2007

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
15 anos ou mais														
Brasil	5,2	5,3	5,5	5,7	5,7	5,9	6,1	6,4	6,5	6,7	6,8	6,9	7,1	7,3
Norte	5,4	5,3	5,5	5,6	5,7	5,8	6,1	6,3	6,5	6,6	6,2	6,4	6,6	6,8
Nordeste	3,8	4,0	4,1	4,3	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5	5,6	5,8	6,0
Sudeste	5,8	6,0	6,2	6,3	6,4	6,6	6,7	7,1	7,2	7,4	7,5	7,6	7,8	8,0
Sul	5,6	5,7	5,9	6,1	6,1	6,3	6,5	6,7	7,0	7,2	7,3	7,4	7,6	7,6
Centro-Oeste	5,4	5,5	5,6	5,8	6,0	6,1	6,2	6,5	6,8	6,9	7,1	7,2	7,4	7,5
Localização														
Urbano Metropolitano	6,6	6,7	6,9	7,0	7,1	7,3	7,4	7,6	7,8	8,0	8,1	8,2	8,5	8,5
Urbano Não-Metropolitano	5,4	5,4	5,6	5,8	5,9	6,0	6,2	6,4	6,6	6,8	6,9	7,0	7,2	7,3
Rural	2,6	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1	4,3	4,5
Sexo														
Masculino	5,1	5,2	5,4	5,6	5,6	5,8	5,9	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	7,0	7,1
Feminino	5,2	5,4	5,6	5,7	5,8	6,0	6,2	6,5	6,7	6,8	7,0	7,1	7,3	7,4
Raça ou Cor														
Branca	6,1	6,2	6,4	6,5	6,7	6,8	7,0	7,3	7,4	7,6	7,7	7,8	8,0	8,1
Negra	4,0	4,1	4,3	4,5	4,5	4,7	4,9	5,2	5,5	5,7	5,8	6,0	6,2	6,3
Faixa Etária														
10 anos ou mais	4,9	5,0	5,2	5,3	5,4	5,6	5,8	6,1	6,2	6,4	6,5	6,6	6,8	6,9
15 a 24 anos	5,8	5,9	6,2	6,3	6,5	6,8	7,0	7,4	7,7	8,0	8,1	8,3	8,4	8,5
25 a 29 anos	6,5	6,6	6,7	6,8	6,9	7,0	7,2	7,5	7,7	8,0	8,1	8,4	8,7	8,9
30 a 39 anos	6,1	6,2	6,4	6,6	6,7	6,8	6,8	7,0	7,2	7,3	7,5	7,6	7,8	7,9
40 anos +	3,8	3,9	4,2	4,3	4,4	4,6	4,7	5,0	5,2	5,3	5,4	5,5	5,7	5,9

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE).

Elaboração: DISOC/IPEA.

Nota: ¹A PNAD não foi realizada em 1994 e 2000.

²Raça negra é composta de pretos e pardos.

³A partir de 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Fonte: Microdados da PNAD (IBGE).

As estatísticas educacionais com base no histórico dos censos de levantamento do número de pessoas analfabetas, implica no problema da qualidade dessas estatísticas, um problema tão velho quanto ao

histórico do analfabetismo. Trazido por Marx no prefácio de sua obra O Capital, onde deixa claro a vulnerabilidade da estatística social da Alemanha e da Europa Ocidental, quando justifica dizendo: "Ainda assim (ela) levanta o véu o bastante para deixar entrever atrás do mesmo uma cabeça de Medusa". (Marx, 1983, I.I., p. 12-13).

O referido texto citado acima de Marx, foi publicado em 1867 e o primeiro censo foi realizado no Brasil no ano de 1872, onde nota-se que na obra é evidente a falta de compromisso do Estado para com o povo quanto a prestação de uma educação mínima, pois o nosso primeiro censo colocou o país em primeiro lugar nas pesquisas em se tratando de proporções de pessoas não alfabetizadas, tendo o incrível marco de 82,3% da população acima de 5 anos. (IBGE, 1972)

Passados 148 (cento e quarenta e oito) anos desde o primeiro censo o número caiu drasticamente, mas o problema do analfabetismo ainda é presente nos dias atuais, como demonstrado no dado apresentado no ano de 2019. A questão histórica do analfabetismo muito se deve ao período colonial do Brasil, onde os homens letrados eram tão somente alguns colonizadores, que com as caravanas da igreja católica, religião instalada pelos colonizadores, tinha por sua vez a alfabetização dos povos que aqui existiam, assim bem como a imposição da religião que eles pregavam.

Tudo isso se reflete nos dias atuais ainda, uma vez que pessoas de classe mais baixas eram obrigadas a trabalhar para conseguir se sustentarem, e por muitas vezes sendo escravos por longos anos, o que acarreta na grande desigualdade social e cultural existente ainda hoje no Brasil, onde somente as pessoas de classe mais elevadas tinham o acesso à educação, atrasando em muito toda a população quanto ao ensino e a redução do número de pessoas analfabetas.

Dados do ano de 2019 fornecidos pelo INEP (2019), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, cerca de 82,4% dos alunos de ensino médio se encontram em escolas públicas. Segundo afirma a presidente do INEP Maria Helena Guimarães de

Castro "A grande maioria dos alunos da pré-escola, classes de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio e das classes de educação de jovens e adultos frequenta escolas públicas, mantidas pelos três níveis de governo".

O Brasil é o único país que possui uma inscrição alfabética no lema da própria bandeira, e aproximadamente 11 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, não sabem ler o que está escrito na bandeira, devido ao grande número de pessoas analfabetas.

Para uma nação cujo o lema é Ordem e Progresso, ainda estamos muito longe de concretizar nosso lema, uma vez que as escolas públicas são vistas como inferiores em relação ao ensino, sendo um mero senso comum em que as pessoas tomam por referência a supremacia do ensino de qualidade de escolas particulares.

Em um levantamento publicado no ano de 2014 pela Unesco, o Brasil detinha a oitava colocação no ranking mundial de adultos analfabetos, algo não muito orgulhoso. Na época dos dados apresentados a seguir o número era de cerca de 14 milhões de pessoas não alfabetizadas, que foi reduzido quase que inexpressivamente para 11 milhões nos dias atuais.

Abaixo o gráfico correspondente ao dado levantado. (FUENTES, 2014, não paginado).

Figura 2: Unesco – Adultos Analfabetos

Fonte: UNESCO: Education for All Global Monitoring Report. Elaboração: Revista Veja.

Vejamos algumas tentativas de erradicar o analfabetismo no Brasil: O esforço para melhorar a educação dos brasileiros não é recente. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”, no Mapa do Analfabetismo no Brasil, a história mostra que “tão antigas quanto o analfabetismo no País, são as tentativas de erradicá-lo”.

Entre essas tentativas, estão as seguintes propostas de alfabetização: Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947, Governo Eurico Gaspar Dutra); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, Governo Juscelino Kubitschek); Movimento de Educação de Base (1961, criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB); Programa Nacional de Alfabetização, valendo-se do método Paulo Freire (1964, Governo João Goulart); Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral (1968-1978, Governos da Ditadura Militar); Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Educar (1985, Governo José Sarney); Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990, Governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada, em 1993, pelo Brasil em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, Governo Itamar Franco) e o Programa de Alfabetização Solidária (1997, Governo Fernando Henrique Cardoso). (PEDRA, 2011).

Alguns programas supra citados tiveram contribuição ímpar no combate ao analfabetismo, enquanto outros funcionaram de forma seletiva, onde os programas não atendiam a todos e deixando grande parte da sociedade a ver navios por conta da exclusão social, não conseguindo atingir seu objetivo principal.

A democracia, cujo regime é pautado na soberania popular, é fundamental para o reconhecimento, a ampliação, concretização de direitos humanos e da justiça social. A politização de uma sociedade é pressuposta essencial ao bom funcionamento da democracia.

O exercício pleno da cidadania democrática, por sua vez, requer a formação de cidadãos conscientes. (CAMBI, 2020).

2.1. – ANALFABETISMO ITEM DE INELEGIBILIDADE

A Constituição Federal, embora de modo assistemático, previu determinadas hipóteses de inelegibilidade, entendida tal expressão na acepção mais ampla possível – de modo a englobar a ausência dos pressupostos de elegibilidade ou a incidência de uma causa de inelegibilidade. Tal proceder do legislador constitucional criou embaraços e impropriedades interpretativas severas que acarretam, ainda, discussões e polêmicas em relação à matéria. (ZILIO, 2014).

As situações previstas no artigo 14, §4º da Constituição Federal de 1988, dizem que são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos. Entendo-se que a inelegibilidade é o impedimento do exercício pleno da cidadania passiva, seria um direito ao sufrágio de forma parcial, pois não se pode ser votado, mas pode votar e eleger outrem.

O rol Constitucional (BRASIL, 1988), que atende as hipóteses de inelegibilidade supra referidas, são:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e voto direto e secreto com valor igual para todos, e, nos termos da lei mediante:

(...) §4º. São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

É claro e evidente que o norma constitucional nega capacidade eleitoral passiva para os analfabetos, e no direito brasileiro inexistente elucidação concreta quanto quais pessoas se enquadram no termo analfabeto, embora é levado em conta somente as pessoas totalmente analfabetas, sendo aqueles que não conseguem exprimir ao mínimo as palavras escritas ou lidas e não possui nenhuma capacidade de entender e interpretar o teor de qualquer texto, estes devem ter sua capacidade eleitoral passiva restringida.

Segundo Gomes (2016, p. 187, apud Ferreira Filho 2005, p. 116) que a:

Inelegibilidade é uma medida destinada a defender a democracia contra possíveis e prováveis abusos. Em sua origem, na Constituição de 1934, aparecia ela como medida preventiva, ideada para impedir que principalmente os titulares de cargos públicos executivos, eletivos ou não, se servissem de seus poderes para serem reconduzidos ao cargo, ou para conduzirem-se a outro, assim como para eleger seus parentes. Para tanto, impedia suas candidaturas, assim como a de cônjuge ou parentes, por um certo lapso de tempo (art. 112).

Em dias atuais as espécies existentes de inelegibilidade, não se limitam apenas em impedir o abuso no exercício de cargos e não tão somente ao ataque a democracia e a Carta Magna de 1988, mas sim para salvaguardar a legitimidade e normalidade do pleito e dos direitos políticos diante possível ameaça quando se tem um eleito que seja totalmente analfabeto e não saiba como ler, escrever e interpretar uma lei, requerimento ou qualquer do gênero que envolva o seu respectivo cargo político, pois assim seria um total desrespeito com a população e uma insegurança política enorme.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura -Unesco, a alfabetização se consolida quando se completa a 4ª série, possuindo menos de 4 anos de estudo são considerados analfabetos funcionais e existe uma grande probabilidade de pessoas que param antes de concluir sequer os tais 4 anos voltarem ao *status quo* do analfabetismo total, pelo fato do desuso da escrita e linguagem, tornando impossível a compreensão de textos singelos.

A inelegibilidade de pessoas analfabetas foi mantida por todos doutrinadores quanto se diz em respeito a Constituição Federal, quando prevista a primeira vez no texto constitucional no ano de 1891 e mantida até então na Constituição última vigente em nosso ordenamento e país.

Na doutrina que rege nos dias atuais, o analfabetismo é uma causa própria de inelegibilidade, impedindo diretamente o cidadão ao exercício do *ius honorum*. Apesar de as inelegibilidades terem como uma de suas características a temporariedade, o analfabetismo tem como termo incerto, e perdurará por tanto tempo quanto durar essa falta de capacidade técnica e intelectual para escrita e leitura. (GAZZOLA, 2013).

O problema do analfabetismo é existente, porém lutamos para que não seja persistente, uma vez em que se analisarmos os dados e levantamentos históricos em nosso país com relação às pessoas com 15 anos ou mais analfabetas temos os seguintes números: 33,6% no ano de 1970; 25,5% no ano de 1980; 20,1% no ano de 1991; 13,6% no ano de 2000; e 11,8% no ano de 2002. É notório e decréscimo em relação ao número de pessoas analfabetas com idade igual e superior aos 15 anos de idade e nos dias de hoje ainda decai a cada ano que se passa, muito se dá pela busca cada vez maior de pessoas que voltam para as escolas e dão continuidade aos estudos. (PEDRA, 2011).

Vale ressaltar que no direito eleitoral a idade mínima para votação é de 16 anos de idade, e para estes até os menores de 18 anos, o voto é facultativo e a possibilidade de se candidatar é zero, pelo fato de não atingirem a maior idade, fazendo uso, querendo ou não, parcialmente do direito de sufrágio, sendo somente polo ativo nas eleições, sendo assim, os dados acima apresentados trazem a importância da idade nos censos realizados em nosso país.

O Brasil é um verdadeiro “palanque eleitoral”! Ano sim, ano não, ou seja, a cada dois anos, sempre em anos pares, há a realização de eleições para a “escolha” dos governantes que dizem que irão representar os interesses da sociedade e fazer de tudo para o bem-estar da coletividade. Durante as eleições, “o Brasil mergulha em um caldeirão de efervescência política, de diferentes diretrizes e ideologias, de onde emergem alguns poucos escolhidos pela sociedade para representá-la”. (PAIVA apud CAMPOS, 2012).

Existem documentos obrigatórios que comprovem a legitimidade de sua candidatura para qualquer cargo eletivo, preenchendo todos os requisitos do RRC (Requerimento de Registros de Candidaturas) que é encaminhado ao (TSE, TRE ou Juízo Eleitoral) competente para aprovar a candidatura ou não.

Dentre os requisitos que precisam ser preenchidos, estão os seguintes: declaração atual de bens do candidato, preenchida no Sistema CANDex e assinada pelo candidato; certidões criminais fornecidas pela Justiça Federal e pela Justiça Estadual ou do Distrito Federal, e pelos tribunais competentes no caso de candidatos que gozem de foro especial; fotografia recente do candidato, obrigatoriamente em formato digital e anexada ao CANDex, preferencialmente em preto e branco, observando-se as

especificações estabelecidas em instrução da Justiça Eleitoral; **comprovante de escolaridade**; prova de desincompatibilização, quando for o caso; propostas defendidas pelos candidatos a presidente da República, a governador de estado ou do Distrito Federal e a prefeito, nas eleições majoritárias; cópia de documento oficial de identificação. (TSE, 2020).

É cediço, assim como evidenciado acima que para a candidatura ser aprovada é necessário a apresentação do comprovante de escolaridade, na falta deste entra em vigor o artigo 28, §4º, da Resolução do TSE nº 21.608/2004. Onde o próprio Tribunal admite outras formas de averiguação quanto a alfabetização, dizendo que:

Na falta do comprovante de escolaridade, é imprescindível que o candidato firme declaração de próprio punho em cartório, na presença do juiz ou de serventuário da Justiça Eleitoral, a fim de que o magistrado possa formar sua convicção acerca da condição de alfabetizado do candidato. Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 31937, TSE, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 05/05/2009, DJE 02/06/2009.

Nada obstante, caso o juiz ainda tenha dúvida quanto à situação de alfabetizado do candidato, poderá, com base na aludida Resolução, determinar a aferição da alfabetização por outros meios, conforme decidiu o Tribunal Superior Eleitoral aos 18 de setembro de 2004, no Acórdão nº 21.920, de relatoria do Ministro Carlos Eduardo Caputo Bastos. (PAIVA, 2012).

George de Moraes Campos entende que deve ser realizada sob a “forma de ditado (ou perguntas) usando os termos mais simples possíveis, que demandem alguma relação com as atividades cotidianas do pretense candidato”. Esclarece o supramencionado autor que o teste de alfabetização:

Destina-se tão somente a aferir a condição de alfabetizado (capacidade de ler/escrever), não se prestando a comprovar o domínio da norma culta da língua. Nessa linha de raciocínio, um pretense candidato que grife ‘vereador’ (ao invés de vereador) ou ‘prefeitu’ (ao invés de prefeito), por exemplo, não pode ser tido por analfabeto, eis que possui noções rudimentares de leitura e escrita. Esclareça-se que o sentido da norma legal é, simplesmente, verificar se o candidato é alfabetizado. A pessoa capaz de ler e escrever, ainda que o texto produzido não esteja corretamente grafado, contudo, demonstre coerência e sentido, é considerada semialfabetizada. (PAIVA, 2012, p. 108).

O exercício anterior de mandato eletivo torna dispensável a submissão do candidato ao teste de alfabetização? A comprovação da alfabetização, por se caracterizar como pressuposto de elegibilidade, não pode ser dispensada por mera presunção, ainda que calcada no exercício anterior de mandato eletivo. Ou seja, não há como cogitar de direito adquirido à implementação da alfabetização, porquanto a noção de direito adquirido está adstrita ao exame da legalidade da norma. Ademais, o exercício anterior de mandato eletivo não supre a comprovação da alfabetização pela

simples razão que tal requisito pode não ter sido aferido com as cautelas necessárias por ocasião do deferimento do registro anterior. No mesmo norte, o reconhecimento de eventual direito adquirido no implemento do requisito da elegibilidade referente à alfabetização importa em violação do princípio da igualdade em relação aos demais candidatos que, necessariamente, devem fazer prova suficiente da existência de sua plena capacidade eleitoral passiva.

Neste sentido, o TSE decidiu que "o fato de o registro de candidatura ter sido deferido em eleições anteriores não significa que o candidato deva ser necessariamente considerado alfabetizado ou que deva ser ele dispensado de comprovar tal condição" (Embargos de Declaração em Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral n 31.937 - Rel. Joaquim Barbosa - j. 30.06.2009).

A preocupação com a Ordem Pública e a Democracia no Brasil é pertinente, pois como vimos acima, mesmo que algum político vá para as reeleições de mandato e sua condição de analfabeto ainda seja duvidosa, não lhe confere o direito de continuar no pleito pelo simples fato deste já ter atuado em cargo público, não fazendo jus ao direito adquirido e colocando a supremacia em primeiro lugar.

Demonstrado anteriormente, o analfabetismo é um dos itens de inelegibilidade, uso parcial do direito sufrágio, podendo o analfabeto votar e não ser votado. Que está anotado no artigo 14, §4º da nossa Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, existe uma vertente que luta pelos direitos plenos de cidadania do analfabeto, em que pese para que se candidatem, devido não haver uma aceção concreta na Constituição do que vem a ser uma pessoa analfabeta, senão vejamos:

Em que pese a solidez institucional da inelegibilidade dos analfabetos e dos argumentos que a sustentou desde a Assembleia Nacional Constituinte, faz-se necessária a reconfiguração deste instituto constitucional, tendo em vista as novas diretrizes cidadãs que clamam por pluralidade e participação política plena, conforme se extrai do próprio corpo jurídico de nosso sistema constitucional. (SILVA, 2014, p. 46).

Contudo a Carta Magna de 1988, ampliou o fortalecimento da democracia, quando cria institutos que preservam a manutenção do regime participativo eletivo, tornando-se cláusula pétrea o voto direto, secreto, universal e periódico.

2.2 – TIPOS DE INELEGIBILIDADE

As inelegibilidades existem para impedir que a disputa por cargos eletivos, aconteça de modo a colocar em risco a democracia do Brasil com possíveis abusos de pessoas que são impedidas de figurar o polo passivo das eleições.

Existem alguns casos de inelegibilidades que veremos neste tópico, mas é importante entender um pouco mais sobre o instituto da inelegibilidade para assim se falar nas hipóteses e nos seus tipos, Gomes (2016, p. 187), sobre o assunto traz que:

Atualmente, as hipóteses de inelegibilidade não objetivam apenas impedir o abuso no exercício de cargos, empregos ou funções públicas, pois, conforme dispõe o artigo 14, § 9º, da Constituição, apresentam igualmente o objetivo de salvaguardar a normalidade e a legitimidade das eleições contra influências nocivas ou deslegitimadoras do pleito, tais como as atinentes a abuso do poder econômico e político. Não se deve confundir inelegibilidade com inalistabilidade e condições de elegibilidade. Conforme visto, a inalistabilidade expressa impedimentos relativos ao alistamento eleitoral, de sorte que a pessoa não pode inscrever-se eleitora, ficando tolhida sua capacidade eleitoral ativa.

A capacidade eleitoral está vinculada com o direito universal de sufrágio, podendo a pessoa exercer de forma passiva e ativa, caso não tenha nenhum impedimento para que se candidate, se por ventura se enquadre nos casos de inelegibilidade previstos no artigo 14 e parágrafos da Constituição Federal, irá exercer o sufrágio de forma unilateral não tendo a atividade de forma passiva, ou seja, não podendo ser votado, e tão somente exercer a atividade ativa, que em dizeres popular, pode apenas votar e escolher seu representante em um cargo eletivo.

Para Silva (2012, p. 351):

Os direitos políticos positivos consistem no conjunto de normas que asseguram o direito subjetivo de participação no processo político e nos órgãos governamentais. Eles garantem a participação do povo no poder de dominação política por meio das diversas modalidades de direito de sufrágio: direito de voto nas eleições, direito de elegibilidade (direito de ser votado), direito de voto nos plebiscitos e referendos, assim como por outros direitos de participação popular, como o direito de iniciativa popular, o direito de propor ação popular e o direito de organizar e participar de partidos políticos.

Os direitos e deveres servem para todos as pessoas que vivem em sociedade, isto posto, serve também para os políticos que devem seguir as funções de suas atribuições, Gomes (2016 p. 189), traz que:

Assim, o cidadão poderá ostentar o status de elegível e inelegível, candidato, eleito, diplomado, agente público. Como visto, o status de inelegível impõe restrições à esfera jurídica da pessoa, a qual não pode ser eleita; já o status de elegível confere-lhe o direito subjetivo público de disputar o certame e participar do governo. O status de candidato confere a seu titular diversos direitos e deveres, tais como: realizar propaganda eleitoral, arrecadar recursos, não ser preso até 15 dias antes das eleições (CE, art. 236, § 1º, salvo em flagrante delito), ser diplomado se eleito, prestar contas à Justiça Eleitoral.

A Constituição Federal, prevê casos em que pode ocorrer a inelegibilidade relativa, sendo elas: por motivos funcionais, casamento, parentesco ou afinidade, pela condição militar, e casos previstos em lei complementar.

Todos mencionados acima estão previstos no Artigo 14 e parágrafos do 4 ao 7º, da referida Constituição (BRASIL, 1988), sendo:

Art. 14. [...]

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

No que diz respeito a inelegibilidade, temos ela de forma absoluta ou relativa, ambas previstas no texto constitucional. Quando as inelegibilidades referentes a forma absoluta estão descritas no § 4º; e as relativas estão nos §5º, §6º e §7º tudo do artigo 14 da Constituição Federal.

2.3 - INELEGIBILIDADE CONSTITUCIONAL

No texto constitucional, especificadamente no artigo 14 temos todas as inelegibilidades constitucionais descritas.

No §5º do artigo 14 da Constituição Federal, passou por uma mudança quanto sua interpretação, vindo após a Emenda Constitucional nº.16, de 1997, no que tange a reeleição para os Chefes Executivos.

Para Motta e Barchet (2009, P. 121), em sua obra de Direito Constitucional que:

No entanto, é considerada uma inelegibilidade relativa parcial, uma vez que veda a reeleição para um terceiro mandato eletivo. Porém nada impede que uma mesma pessoa venha a ocupar um cargo executivo federal, estadual, municipal diversas vezes, desde que não tenha um terceiro mandato sucessivo.

No trecho da obra acima mencionada, trata-se da inelegibilidade quanto a reeleição de mandatos eletivos, restringindo temporariamente o sufrágio passivo, tornando inelegível os Chefes do Executivo que já possuem dois mandatos, medida essa que não se aplica aos mandatos eletivos do Legislativo.

Na visão de Bulos (2009), a reeleição é a possibilidade de o titular do mandato eletivo pleitear nova eleição para cargo próprio que estava ocupando. É também chamada de recandidatura.

Seguindo o mesmo pensamento, é o que leciona Gomes (2008, p. 147):

- a) o titular do Poder Executivo e o vice podem reeleger-se aos mesmos cargos uma só vez;
- b) cumprindo o segundo mandato, o titular não poderá candidatar-se novamente nem ao cargo de titular nem ao de vice;
- c) neste caso, o titular poderá candidatar-se a outro cargo, devendo, porém, desincompatibilizar-se, renunciando ao mandato até 6 meses antes do pleito;
- d) se o vice substituir o titular nos 6 meses anteriores à eleição ou sucedê-lo em qualquer época, poderá concorrer ao cargo de titular, vedadas, neste caso, a reeleição e a possibilidade de concorrer novamente ao cargo de vice, pois isso implicaria ocupar o mesmo cargo eletivo por três vezes;
- e) se o vice não substituir o titular nos últimos 6 meses do mandato nem sucedê-lo, poderá concorrer ao lugar do titular (embora não lhe seja dado concorrer ao mesmo cargo de vice), podendo, neste caso, candidatar-se à reeleição; assim, poderá cumprir 2 mandatos como vice e 2 como titular.

E veremos seguir outras formas de inelegibilidade previstas em nosso ordenamento jurídico disposto na Constituição Federal.

Explicitado no próprio texto constitucional que prevê a inelegibilidade incide sobre os cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o 2º grau ou por adoção aos cargos do Poder Executivo ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito eleitoral, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato a reeleição. É entendido por inelegibilidade reflexa.

A norma constitucional traz duas regras para a inelegibilidade reflexa: a) norma geral e proibitiva: a expressão constitucional no território da jurisdição significa que o cônjuge, parentes e afins até segundo grau do chefe do Poder Executivo não poderão candidatar-se a qualquer cargo eletivo na respectiva circunscrição do titular do mandato; e b) norma excepcional e permissiva: no caso do cônjuge, parente ou afim já possuir mandato eletivo, não haverá qualquer impedimento para que pleiteie a reeleição, ou seja, candidate-se ao mesmo cargo, mesmo que dentro da circunscrição de atuação do chefe do Poder Executivo. Note-se que a exceção constitucional se refere à reeleição para o mesmo cargo na mesma circunscrição eleitoral. (MORAES, 2009, p. 248-250).

Em síntese, a Constituição Federal do nosso país prevê, que a inelegibilidade reflexa recai sobre os cônjuges, parentes e afins daqueles que ocupam mandatos eletivos no âmbito Executivo.

Lembra Niess (2000, p. 23) que:

[...] a situação descrita comporta exceção, não prejudicando os cônjuges e parentes já possuidores de mandato eletivo que se pretendam reeleger; relativamente à disputa de mandato diverso do que já detém, sofrem essas pessoas os efeitos da regra, por exemplo: um irmão de um Deputado Federal pode disputar a Presidência da República, pois não é alcançado pelo impedimento; já ao irmão do Presidente da República, que é Deputado Federal, não é lícito pretender mandato eletivo que não o reconduza à Câmara dos Deputados, logo após o término do mandato que exerce.

É necessário observar algumas condições quanto a elegibilidade do militar alistável, são elas:

a) se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; e b) se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior. Se o militar for eleito, passará, automaticamente, logo no ato da diplomação, para a inatividade. (BRASIL, 1988, não paginado).

No inciso primeiro, do § 8º, diz que o militar que tem menos de dez anos de serviço, terá seu afastamento definitivo no ato de registro da candidatura. No segundo inciso do referido parágrafo, tendo o militar mais de dez anos de serviço, assim que feito o registro, passa ele à condição de agregado, em outras palavras, é afastamento temporário da sua função como militar, porém, permanecendo por tanto sua remuneração.

2.4 - INELEGIBILIDADE INFRACONSTITUCIONAL

Previstas em Leis Complementares, trazem impedimentos para a participação de eleições que visem ocupação de cargos eletivos, são as inelegibilidades que não estão previstas no artigo 14 da Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito as Inelegibilidades Infraconstitucionais:

As inelegibilidades infraconstitucionais auferem sua validade do art. 14, § 9º, da Constituição Federal, no que assevera que lei complementar pode ampliar os casos de inelegibilidade, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício de mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (BRASIL, 1988).

No §9º, do artigo 14, definirá que outras formas de inelegibilidades, bem como a duração do período de inelegibilidade, com o objetivo que visa a proteção da improbidade administrativa, proteção da moralidade para o exercício e da normalidade, princípios estes norteadores do direito eleitoral.

3 – DIREITO POLÍTICO

Direitos políticos são definidos como direito de participação dos cidadãos no governo, na administração e na justiça. (EISMIEN, 1914). Ou, simplesmente, como direitos que facultam a participação dos cidadãos no poder do Estado. (SANCHEZ, 1978).

Participar significa tão somente tomar parte, associar-se pelo pensamento ou pelo sentimento. (AURELIO, 2015). Esse significado, não abre precedentes para a essência do direito político, vez que não informa com exatidão a vontade do direito político para o funcionamento do Estado com por meio do sufrágio.

Quanto a determinação da vontade nas palavras de Silva (2004, p. 10), que:

O processo de formação da vontade coletiva envolve ou pode envolver um conjunto de operações, dependendo da constituição. Diz respeito necessariamente à aptidão dos membros do corpo político de escolher representantes. Em algumas constituições refere-se ao poder dos cidadãos de emitir a sua vontade acerca de determinado assunto para compor a vontade coletiva. No primeiro caso, a escolha de representantes, o conjunto dos cidadãos outorga poder aos eleitos para que elaborem as leis. No segundo caso, a emissão da vontade acerca de determinado assunto, os membros do corpo político decidem diretamente o conteúdo de alguma questão que deverá ser adotada pelo governo.

Partindo do princípio que a vontade emana do povo, a votação é a forma de manifestar essa vontade, externar quem se escolhe como representante legislativo e executivo, sendo até motivo também para que se candidate e exerça o sufrágio de forma integral, qual seja, votar e ser votado.

Valendo lembrar que nem são todas pessoas que podem gozar de pleno direito político, no que diz respeito as inelegibilidades, Teori Zavascki (1997, p. 3) traz o seguinte nos dizeres de Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

Nem todas as pessoas gozam de direitos políticos plenamente. Há as que só estão habilitadas para algumas de suas faculdades e outras há que não se investem em qualquer delas. São pressupostos para aquisição da capacidade política: a) a capacidade civil e b) nacionalidade. Por isso, não têm direitos políticos os estrangeiros e os menores de 16 anos. Têm direitos políticos, porém não todos, os inelegíveis, tais como os menores de 18 anos e os analfabetos (CF, art. 14, § 4.º). A inelegibilidade, ou seja, a restrição ao direito político de candidatar-se, decorre, ademais, de outras circunstâncias: da inelegibilidade para certos cargos (CF, art. 14,

§ 5.º), da inelegibilidade em razão de vínculos pessoais com titulares de certos cargos (§ 7.º) e das demais hipóteses previstas na Lei Complementar 64, de 18.05.1990, editada segundo a previsão do § 9.11, do art. 14, da CF. Para certos cargos eletivos a elegibilidade está condicionada a limite mínimo de idade: 35 anos para Presidente, Vice-Presidente e Senador; 30, para Governador, Vice-

Governador; 21 para Deputado, Prefeito e Vice-Prefeito (CF, art. 14, § 3.º, VI). Assim, sob este aspecto, antes de atingir 35 anos de idade, ninguém, a rigor, pode se dizer na plenitude dos direitos políticos.

Existe previsão constitucional para aqueles que podem exercer o pleno direito político e quais são os tipos de impedimentos e classificação daqueles que não podem exercer integralmente o direito de sufrágio.

No que tange a respeito da vontade coletiva e o direito político, Silva (2004, p. 14):

Em síntese, os direitos políticos inserem-se dentre os direitos porquanto são normas jurídicas que protegem todo o processo de formação da vontade coletiva, a fim de que ela condicione o funcionamento do Estado. A proteção da vontade dos cidadãos ocorre principalmente na medida em que há obrigatoriedade de o Estado reconhecê-la, acolhê-la e convertê-la em base da autoridade do governo. Mas, os direitos políticos não são direitos dos cidadãos fazerem valer a sua vontade coletiva em qualquer ocasião. Permitem que ela se forme e se imponha ao Estado apenas nos procedimentos previstos pela Constituição. Contudo, os direitos políticos não determinam o conteúdo das questões a serem decididas, ficando tal definição em grande medida a cargo da sociedade e de seus grupos.

Aprofundando na leitura de GOMES (2016, p. 30), que fala quanto ao poder do povo em quando se trata de poder para escolhas e atuação do Estado democrático de direito, que:

É pelos direitos políticos que as pessoas – individual e coletivamente – intervêm e participam no governo. Tais direitos não são conferidos indistintamente a todos os habitantes do território estatal – isto é, a toda a população –, mas só aos nacionais que preencham determinados requisitos expressos na Constituição – ou seja, ao povo. Note-se que esse termo – povo – não deixa de ser vago, prestando-se a manipulações ideológicas. No chamado “século de Péricles” (século V a. C.), em que Atenas conheceu o esplendor de sua democracia, o povo não chegava a 10% da população, sendo constituído apenas pela classe dos atenienses livres; não o integravam comerciantes, artesãos, mulheres, escravos e estrangeiros. Essa concepção restritiva era generalizada nos Estados antigos, inclusive em Roma, onde a plebe não detinha direitos civis nem políticos. Aí a res publica era o solo romano, distribuído entre as famílias fundadoras da civitas, os Patres ou Pais Fundadores, de onde surgiram os Patrícios, únicos a quem eram conferidos direitos civis e cidadania; durante muito tempo a plebe se fazia ouvir pela voz solitária de seu

Tribuno, o chamado Tribuno da Plebe. Para os revolucionários franceses de 1789, o povo não incluía o rei, nem a nobreza, tampouco o clero, mas apenas os integrantes do Terceiro Estado – profissionais liberais, burgueses, operários e camponeses. Na ótica comunista (marxista), o povo restringe-se à classe operária, dele estando excluídos todos os que se oponham ou resistam a tal regime.

Direito político está atrelado a ideia de democracia, tendo a livre participação de todos nas atividades estatais exercendo assim a soberania popular. Em dias atuais a democracia faz parte de direito humano fundamental e de tratados internacionais.

O Direito Político é uma ramificação do Direito Público, tendo seus princípios basilares para a regulamentação e organização do Estado e do governo. Também é encontrado no Direito Constitucional, quando se estuda a constituição do Estado. Sendo através do Direito Político que as pessoas, de forma coletiva ou individual, têm acesso e fazem parte da participação no governo, visto que esses direitos não são conferidos para todos os habitantes do território nacional, sendo estendido somente aos nacionais que preencham determinados requisitos arrolados na Constituição Federal.

Temos então que os direitos políticos estão atrelados com a concepção de democracia, onde reina a soberania popular com a livre participação dos indivíduos no Estado, sendo a democracia em dias atuais togada de direitos humanos e fundamentais frente aos tratados internacionais.

3.1 - DIREITO ELEITORAL

O Direito Eleitoral faz parte de uma ramificação do Direito Público, tendo por finalidade, os aspectos e processos que aprazam o exercício do direito fundamental de sufrágio objetivando a soberania popular, a validade na ocupação de cargos políticos eletivos e legítimo exercício do poder no Estado.

Presente na Constituição Federal promulgada em 1988, o Direito Eleitoral regula quais os casos possíveis de elegibilidade, e também defini quem são inelegíveis para ocupação de cargos eletivos perante voto direto e secreto, exercendo o direito de sufrágio em todas as suas esferas.

Para a regulamentação quanto ao uso do direito de sufrágio de forma passiva, a Constituição Federal, dispõe alguns artigos que regulamenta esse direito fundamental, nas palavras de Born (2020, p. 33):

Assim o constituinte reservou à própria Carta Magna as formas fundamentais acerca dos direitos políticos e seu exercício, incluindo as condições para alistamento, voto e elegibilidade, bem como as hipóteses que afastam esses direitos, como a suspensão dos direitos políticos, as inelegibilidades e as incompatibilidades. A Constituição promulgada em 1988 também estruturou o sistema eleitoral e político no Brasil, fixando regras para as eleições majoritárias e proporcionais, os limites para a reeleição, bem como a competência e a organização dos órgãos de controle das eleições.

Nos dizeres de Gomes (2016, p. 49):

Insere-se o Eleitoral nos domínios do Direito Público Interno. Como se sabe, Direito Público é aquele cujas relações envolvem a participação do Estado, como poder político soberano. Trata-se do complexo de normas e princípios jurídicos que organiza as relações entre entes públicos, estrutura os órgãos e os serviços administrativos, organiza o exercício das atividades político-administrativas, tudo à vista do interesse público e do bem comum. O Direito Eleitoral é justificado pelo próprio regime democrático.

Deveras, uma apreciação crítica revela que o Direito Eleitoral, como ciência, ainda se encontra empenhado no desenvolvimento de seu método e conteúdo.

Como se sabe, o método científico é sempre o racional, fundado na razão – logos –, sendo essa a base fundamental para a explicação de fenômenos e resolução de conflitos. É imprescindível, portanto, o emprego de argumentação lógica, a apresentação de motivação racional e a demonstração de causas e efeitos. Isso, porém, nem sempre se apresenta nessa seara, onde não é incomum que a argumentação lógico-jurídica seja substituída por meros inconformismos ou evidentes sofismas. Isso contribui para o *decisionismo eleitoral*, bem como para a insegurança que grassa nessa seara. Por outro lado, no que concerne ao conteúdo, ainda pairam algumas incertezas como a de saber se a matéria atinente a partidos políticos (o chamado Direito Partidário) integra ou não o Direito Eleitoral, e há também muitas lacunas, o que é particularmente grave nos âmbitos processual e da responsabilidade eleitoral.

No que tange o Direito Eleitoral, que está previsto em nosso ordenamento jurídico, existem na Carta Magna, artigo que trata especialmente quanto esse assunto, quanto a participação popular nas decisões estatais, seja elas como a criação de leis, ou até mesmo a escolha de seus representantes legislativos e executivos, tudo isso derivando do Direito Político e das eleições, como forma de escolha dos detentores do poder em mandatos eletivos e das instituições do Estado após o processo de votação que é um instituto do Direito Eleitoral.

3.2 PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL

Temos em linhas gerais que, segundo o Dicionário Aurélio (2015), princípio *é o que ocorre ou existe primeiro que os demais*. Importante entender o que significa princípio primeiramente para depois adentrarmos nos princípios do Direito Eleitoral.

Segundo Miguel Reale (1986, p. 60), a definição de princípios é a seguinte:

Princípios são, pois verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade. Às vezes também se denominam princípios certas proposições, que apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários.

Os princípios aqui tratados são os valores básicos da ordem jurídica, sendo os pilares da norma, o seu fundamento em essência, sendo a base e o Norte de onde se extrai o direcionamento de um ordenamento.

Falando em Princípios do Direito Eleitoral, estamos entrando na base em que se fundam todos os posicionamentos e pensamentos até então adotados e conhecidos, valendo lembrar que tais princípios não contrariam a Constituição Federal.

Para Barroso (1999, p. 147), quanto aos princípios:

São o conjunto de normas que espelham a ideologia da Constituição, seus postulados básicos e seus fins. Dito de forma sumária, os princípios constitucionais são as normas eleitas pelo constituinte como fundamentos ou qualificações essenciais da ordem jurídica que institui.

Importante relembrar que todos os princípios existentes no campo do Direito Político, são em suma princípios constitucionais, básicos para a harmonia em sociedade, respeito e igualdade perante todos.

Adentrando nos Princípios de Direito Eleitoral, temos como o primeiro apresentado como Princípio da Anualidade Eleitoral ou também conhecido como da Anterioridade do ano eletivo, acostado no artigo 16 da Carta Magna, disciplinado da seguinte forma: "Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência." (BRASIL, 1988).

A definição anotada por Santos (2019, p. 15), é a seguinte:

Este princípio objetiva evitar que uma determinada hipótese altere o andamento das eleições de um determinado ano eleitoral. Nenhuma Lei que poderá entrar em vigor no período das eleições se vier para burlar parâmetros das eleições poderá ser aceita. A regra é que todas as Leis criadas e sancionadas entrem em vigor na data da sua publicação, não tendo aplicabilidade quando estiverem a menos de um ano do período das eleições. Dentre as interpretações observa-se que poderá ocorrer distinção entre entrar em vigor e a Lei se tornar eficaz, a exceção se dá por causa das proximidades do ano eleitoral. Existem casos em que Lei que entram em vigor e assumem sua potência, mais especificamente em situações de *vacatio legis*.

Lembrando que o artigo 16 da Constituição Federal é uma cláusula pétrea visando evitar qualquer tipo de alteração casuística que favoreça uma classe mais dominante, trazendo empecilhos para a realização das eleições em sua integridade.

Trazendo uma segurança jurídica, que visa impedir alterações para beneficiamento de alguns, evitando o oportunismo de determinados grupos que agem de forma desrespeitosa com o fito de prejudicar quem é menos favorecido politicamente, usando da má intenção e da ganância.

Existente também o Princípio da Celeridade Processual, visando prazos curtos, com previsões de 3 (três) dias para apresentação de recursos, e sendo de matéria criminal, esse prazo aumenta para 10 (dez) dias. As sentenças dos Juízes Eleitorais, via de regra saem entre 24 horas e 48 horas.

Tal celeridade é resultado da Emenda Constitucional nº 45/2004, antes de sua promulgação existiam muitos casos de morosidade, disposto no artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que:

Artigo 5º, inciso LXXVIII- a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (incluído pela Emenda Constitucional nº 45. de 2004)

Advindo de tal alteração uma razoabilidade referente as demoras processuais, não tendo os processos que fiquem longos prazos até que se tenha um resultado, visto que muitas vezes o mandato eletivo já se findou e muitas vezes a demanda processual ainda estava em seu nascedouro.

Temos o Princípio da Lisura e Legitimidade das Eleições, zelando pela honestidade para que todos os candidatos estejam dentro de todos parâmetros legais para que se tenha eleições limpas e sem corrupções.

Redação dada pelo Artigo 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1977, com a seguinte anotação:

Artigo 41-A - Ressalvado o disposto no artigo 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive sob pena de multa de mil a cinquenta mil UFIR, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no Art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

O artigo acima mencionada letra da Lei das Eleições, onde a compra de voto ou qualquer outro meio para obtenção de vantagem pessoal com o propósito de assegurar votos, é expressamente ilegal, passível de multa e perda do mandato, caso eleito. Vislumbrando assim uma eleição limpa e que não tenha corrupção e compra de votos.

Outro princípio a ser notado é o Princípio da Igualdade ou da Isonomia entre os Candidatos e os Partidos, em que todos os candidatos com seus respectivos partidos devem ter acesso a todos instrumentos legais para que favoreça suas campanhas eleitorais.

Sobre tal princípio, traz Santos (2019, p. 22), que:

Não obstante todas as premissas ensejadas nesse texto cabem realce a respeito da Igual Material, que é Igualdade para os iguais e os desiguais devem ser tratados de acordo com suas desigualdades em níveis desiguais. Para os Partidos Políticos com maiores representações de parlamentares no Congresso Brasileiro considera-se que tenham maior tempo de propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação televisivas e radiadas; bem como uma maior porção das verbas que são distribuídas aos partidos dos Fundos Partidários.

A criação de péssimos hábitos na política que se tornam abusivos e contrariam o ordenamento jurídico tem que ser extinta, e a igualdade tem que existir entre todos os candidatos e todos os partidos, mesmo que sejam menos agraciados por candidatos de baixa ascensão, este princípio existe para por fim a essas diferenças.

O Princípio da Liberdade Partidária está esculpido na Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 17 e incisos, que:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

- I. Caráter nacional;
- II. Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;
- III. prestação de contas à Justiça Eleitoral;
- IV. Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

O artigo supra, dispõe-se sobre a liberdade partidária, e para os cidadãos quanto a criação de partidos políticos, fazerem fusão entre partidos, podem também juntar ou unir partidos, e dentro da legalidade pode-se haver a exclusão conforme previsto em lei.

E um último princípio que é importante ressaltar é o Princípio da Autonomia dos Partidos Políticos, com redação dada pelo artigo 17, §1º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), no qual se lê que:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

Conferindo aos partidos políticos autonomia para estabelecerem seus estatutos, presidirem questões internas, dando base para o exercício de toda atividade organizacional, por serem pessoas jurídicas e de direito privado, afasta qualquer interferência quanto a sua gestão por meio do Poder Público.

Consistente no que diz Santos (2019, p. 29), quanto este princípio que:

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) somente julga as demandas quando estas ocorrem em período eleitoral. Por exemplo, em Sergipe ocorreu um fato de desentendimento entre os políticos Almeida Lima e Jackson Barreto, atrito que culminou em uma espécie de inimizade, oportunidade que ocorreram acusações de um político para com o outro sobre quebra de regras do Estatuto Partidário interno, como o fato não ocorreu em tempo eleitoral, o litígio foi resolvido na Justiça Comum, e não na Justiça Especializada (Justiça Eleitoral). Se porventura, as ocorrências litigiosas tivessem acontecidos no período das eleições, ou até no momento das convenções, momento em que os presidentes dos diretórios escolhem e indicam seus candidatos, nessas situações *sui generis* faz-se necessária a atuação da Justiça Eleitoral.

Visto acima, a autonomia conferida ao partido político foi necessária para a resolução de um problema interno, problema entre dois políticos, que foi resolvido em vias judiciais na forma comum, não sendo necessário ser julgado em tribunal especial, sendo o problema ocorrido fora de período eleitoral, daí a faculdade para que se tenha autonomia e poder de escolha em qual tribunal se desdobraria o deslinde.

3.4 - CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE SUFRÁGIO

Para que fique claro a definição de sufrágio, que é o “Processo de escolha através do qual os indivíduos selecionados terão o direito ao voto; processo de seleção feito através de uma votação; eleição.” (AURELIO, 2015).

A definição retro, entende-se que o sufrágio é a opinião favorável, onde exerce a soberania popular para a escolha de representantes, tanto no âmbito legislativo quanto executivo, é através do sufrágio, ou por assim dizer, o voto, em que a aclamação demonstrada da vontade de um conjunto de pessoas que fazem a escolha e elege candidatos.

O direito de sufrágio é entendido como o direito de eleger ou ser eleito, fazendo gozo da forma passiva ou ativa deste direito. Porém como abordado e apontado até aqui, nem todos gozam de pleno desse direito.

No tocante do que o Sufrágio, Gomes (2016, p. 73) define que:

Na seara jurídica, designa o direito público subjetivo democrático, pelo qual um conjunto de pessoas – o povo – é admitido a participar da vida política da sociedade, escolhendo os governantes ou sendo escolhido para governar e, assim, conduzir o Estado. Em suma: o sufrágio traduz o direito de votar e de ser votado, encontrando-se entrelaçado ao exercício da soberania popular. Trata-se do poder de decidir sobre o destino da comunidade, os rumos do governo, a condução da Administração Pública. O sufrágio é a essência dos direitos políticos, porquanto enseja a participação popular no governo, sendo este o responsável pela condução do Estado. Apresenta duas dimensões: uma ativa,

outra passiva. A primeira é a capacidade eleitoral ativa – ou cidadania ativa – e significa o direito de votar, de eleger representantes. A segunda é a capacidade eleitoral passiva – jus honorum ou cidadania passiva – e significa o direito de ser votado, de ser eleito, de ser escolhido em processo eleitoral.

Tendo em vista a definição de sufrágio, em que consiste no poder da vontade coletiva para eleger representantes por meio de eleições, embora existem pessoas que não gozam pleno desse direito, tendo que preencher determinados requisitos, que estão figurados no artigo 14, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, onde fica claro e evidente os casos em que o voto se faz obrigatório.

Partindo do que se entende por sufrágio, agora entraremos nas principais características do Direito de sufrágio, que pode ocorrer de forma universal ou restrita, igual ou desigual, respeitando o previsto em nosso ordenamento jurídico e dispositivos pátrios.

Concernente ao tema, o direito de sufrágio, podemos entender da seguinte forma:

O sufrágio pode ser universal ou restrito, igual ou desigual. Sufrágio universal é aquele em que o direito de votar é atribuído ao maior número possível de nacionais. As eventuais restrições só devem fundar-se em circunstâncias que naturalmente impedem os indivíduos de participar do processo político. A esse respeito pondera Salvetti Netto (1987, p. 102) que a universalidade do sufrágio não significa concessão genérica dos direitos políticos. “Há, com evidência, aqueles que, por situações facilmente compreensíveis, não apresentam condições para exercerem a cidadania. Assim, os menores, os mentalmente incapazes, e, para algumas legislações, os estrangeiros e os analfabetos, como entre nós vigente.” Caracteriza-se, pois, o sufrágio universal pela concessão genérica de cidadania, a qual só é limitada excepcionalmente. Nele não se admitem restrições ou exclusões por motivos étnicos, de riqueza, de nascimento ou capacidade intelectual. Imperam os princípios da igualdade e da razoabilidade, de sorte que a todos devem ser atribuídos direitos políticos. As exceções devem ocorrer somente quanto àqueles que, por motivos razoáveis, não puderem participar do processo político-eleitoral. (GOMES, 2016, p. 74).

O sufrágio universal é o regime adotado pelo nosso país, onde todos os cidadãos tem direito de votar e ser votado, salvo disposições legais, sendo direto e secreto com valor igual para todos, por meio de plebiscito, referendo ou iniciativa popular; o sufrágio restrito está atrelado a condições específicas, como a instrução de determinado cidadão ou por sua capacidade financeira e econômica.

Exercendo a democracia direta com a participação do povo em questões de grande relevância constitucional, administrativa e legislativa, o voto é obtido mediante plebiscito, referendo ou iniciativa popular, dispostos no artigo 49, inciso XV da Constituição Federal, que:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]

XV - Autorizar referendo e convocar plebiscito. (BRASIL, 1988).

A principal diferença entre autorizar referendo e convocar plebiscito, é o momento em que a população é chamada para decidir sobre determinado assunto. No plebiscito a convocação é feita antes do ato legislativo ou administrativo, no referendo a população se manifesta depois que ocorreu o ato. A iniciativa popular para que seja apresentada para a Câmara dos Deputados tem que ser subscrito por no mínimo 1% (um por cento) do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos 5 (cinco) estados.

Lenza (2010, p. 32), demonstra em sua obra um quadro comparativo anotando as principais diferenças entre o plebiscito e o referendo:

Plebiscito: Consulta formulada ao povo, efetivando-se em relação àqueles que tenham capacidade eleitoral ativa, para que deliberem sobre matéria de acentuada relevância de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. Previsto no artigo 49 inciso XV, convoca plebiscito. Através de Decreto legislativo. Principal diferença momento da consulta: Prévia, o plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

Referendo: Consulta formulada ao povo, efetivando-se em relação àqueles que tenham capacidade eleitoral ativa para que deliberem sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa e administrativa. Previsto no Artigo 49, inciso XV Autoriza referendo. Através de decreto legislativo. Momento posterior, o referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Comparando as duas anotações dos autores, resta claro a diferença entre referendo e plebiscito, suas finalidades e o momento em que ocorrem.

O sufrágio em muitas vezes é confundido com voto e escrutínio, e a diferença existente entre esses três é que o sufrágio é o direito em si, de votar e ser votado; o voto é o exercício do direito ao sufrágio; e o escrutínio é a forma como esse direito será exercido, que em nosso país se dá de maneira eletrônica e informatizada.

4 - DOS CRITÉRIOS DE VERIFICAÇÃO DO ANALFABETISMO

4.1. – ANALFABETISMO PERANTE AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Conforme amplamente visto, o analfabeto é a pessoa que não tem conhecimento acerca de um sistema escrito de linguagem, não conseguindo ler e escrever um texto de parca complexidade em seu próprio idioma.

Entendemos que também integra o conceito de analfabeto em sentido amplo a pessoa que sabe ler, mas não sabe escrever e vice-versa – que é o semianalfabeto –, assim como 16. O Decreto nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881, que teve como redator final o Deputado Geral Rui Barbosa, também ficou conhecido como “Lei Saraiva”.

Deveu-se tal denominação à homenagem feita a José Antônio Saraiva, Ministro do Império, que foi o responsável pela primeira reforma eleitoral do país. 106 – O Analfabetismo no Direito Eleitoral Brasileiro a pessoa que possui débeis conhecimentos de leitura e escrita, não conseguindo interpretar textos medianos, escrever em linguajar formal, nem realizar simples cálculos aritméticos – ou seja, o analfabeto funcional. Para fins de elegibilidade, a Constituição Federal faz vedação apenas aos analfabetos de se candidatarem, não deixando explícito se em tal termo está contido o analfabeto funcional.

Há na Doutrina Eleitoralista quem defenda que somente o “analfabeto clássico”, ou seja, aquele não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que fala, é quem está impedido pelo art. 14, § 4º, da Constituição de 1988, de exercer o *jus honorum*, isto é, o direito de ser votado. Assim, o semianalfabeto e o analfabeto funcional, para essa corrente, não estariam impedidos de se candidatar.

Portanto, é o analfabetismo total que impede a candidatura. Trilhando o mesmo caminho, Olivar Augusto Roberti Coneglian fala que, para fins de inelegibilidade, a Constituição de 1988 dispõe que somente os analfabetos não podem se candidatar. O autor argumenta que a possibilidade de ser candidato é direito público subjetivo, não podendo a regra inserta no art. 14, § 4º, da Carta Democrática, se estender aos semianalfabetos.

Recurso especial. Eleições 2016. Vereador. Registro de candidatura. Analfabetismo. Art. 14, § 4º, da CF/88. Interpretação em conformidade com outros princípios constitucionais, em especial da isonomia (art. 5º, caput e I), da cidadania (art. 1º, II) e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III). Grupos minoritários. Legitimidade. Participação na vida política. Manutenção da candidatura. Desprovento. Histórico da Demanda 1. Trata-se de pedido de registro de candidatura de Francisco José de Araújo ao cargo de vereador de São Gonçalo do Piauí/PI nas Eleições 2016. 2. Em primeiro grau, indeferiu-se o registro ao fundamento de que o candidato é analfabeto, não preenchendo o requisito previsto no art. 14, § 4º, da CF/88. 3. O

TRE/PI reformou sentença e assentou estar comprovada condição de alfabetizado. 4. Contra tal acórdão, o Parquet interpôs recurso especial. O Analfabetismo à Luz de Princípios Constitucionais e do Direito das Minorias de Participar da Vida Política

5. 'São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos' (art. 14, § 4º, da CF/88). 6. A leitura de referido preceito não pode ocorrer de forma dissociada do cenário social e político de nosso País, indeferindo-se, indistintamente, todo e qualquer registro de candidatura que em tese se enquadre nessa hipótese, sob pena de incompatibilidade de ordem absoluta com o quadro valorativo principiológico que orienta o texto da Constituição Federal de 1988. [...] 10. Cabe à Justiça Eleitoral, como instituição imprescindível ao regime democrático, protagonismo na mudança desse quadro, em que as minorias possuem representatividade quase nula, eliminando quaisquer obstáculos que as impeçam de participar ativa e efetivamente da vida política. 11. No ponto, registrem-se julgamentos recentes em que esta Corte vem atuando com rigor para modificar esse cenário: REspe 243-42/PI (combate à fraude em cota de gênero em candidaturas) e REspe 123-67/RS (garantia de espaço às mulheres na propaganda partidária). 12. No tocante, de modo específico, à causa de inelegibilidade do art. 14, § 4º, da CF/88, seu exame em conjunto com os valores constitucionais acima retratados levam a concluir que analfabetismo de natureza educacional não pode e nem deve, em nenhuma hipótese, significar analfabetismo para vida política, sob pena de nova exclusão das minorias - desta vez do direito ao exercício do jus honorum. 13. Em suma, democracia que exalta, em ditames constitucionais, direitos à isonomia, à cidadania e à dignidade da pessoa humana não pode deixar de assegurar a grupos minoritários presença e representatividade no cenário político. Caso dos Autos[...]16. Conclusão em sentido diverso demandaria, na hipótese, reexame de fatos e provas, providência inviável em sede extraordinária, a teor da Súmula 24/TSE. Conclusão 17. Recurso especial a que se nega provimento, mantendo-se deferido o registro de candidatura de Francisco José de Araújo ao cargo de vereador de São Gonçalo do Piauí/PI nas Eleições 2016. (Ac de 27.9.2016 no REspe nº 8941, rel. Min. Herman Bejamin.)

Com esteio nessa Doutrina, o Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul já decidiu que o que impede a candidatura é o analfabetismo, conceito extremo que não abrange os semialfabetizados.

Assentou-se, ademais, na Corte Eleitoral do Mato Grosso, que “o semialfabetizado não é impedido de se candidatar, teor do próprio ordenamento constitucional”.

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo já considerou que: Erros e falta de desenvoltura na escrita, desde que demonstrado um mínimo razoável, revelam insuficiência de conhecimento própria de quem é semialfabetizado; mas não a inexistência, a carência total de informação própria do analfabeto.

Fixou-se, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, o entendimento de que: O candidato que em teste de avaliação consegue copiar texto com letra cursiva, demonstrando entendimento e manejo da linguagem escrita, embora de forma rudimentar, não deve ser considerado analfabeto, para os fins do art. 14, § 4º, da Constituição Federal.

Os Tribunais Regionais Eleitorais, em suma, de modo unânime, têm decidido que a regra de inelegibilidade constitucional do art. 14, § 4º, não se aplica ao semianalfabeto.

Existe outra corrente de doutrinadores que defendem que a condição de analfabeto e/ou de semianalfabeto deve ser auferida à luz da situação social do pretendo candidato, do local em que almeja se eleger e também do cargo político que anseia ocupar. Entretanto, o simples fato de lançar assinatura em documento não induz à presunção de ser o indivíduo semialfabetizado. Esse é o entendimento da Corte Superior Eleitoral e de outros Tribunais Regionais Eleitorais, a exemplo do de Goiás.

Com relação ao analfabeto funcional a questão ainda não está pacificada, havendo decisões que o consideram inelegível e outras que entendem que o analfabetismo funcional não é causa de inelegibilidade. Ressalte-se, porém, que, para fins eleitorais, analfabeto funcional é somente aquele que não consegue interpretar o que lê.

Pode-se dizer que Direito Eleitoral Brasileiro desprezar o conceito de analfabeto funcional elaborado pela entidade internacional de maior autoridade no assunto, a UNESCO, que considera o analfabeto funcional como alguém não apenas inabilitado a interpretar o que lê, mas também o indivíduo incapaz de utilizar a escrita e a leitura para desempenhar atividades necessárias ao seu grupo e à sua comunidade e também incapaz de desempenhar tarefas em que a escrita, a leitura e o cálculo sejam exigidos para seu próprio desenvolvimento e o de sua comunidade.

De qualquer maneira, para saber se um candidato é analfabeto ou não, a Justiça Eleitoral, em regra, utiliza “testes de alfabetização”, dentre eles o famoso “teste do bilhete”: caso o candidato consiga ler e escrever um bilhete simples, não será tido como analfabeto e, portanto, apto a ter deferido seu registro de candidatura. Via de regra, os testes de alfabetização só são aplicados quando o candidato, ao requerer o registro de sua candidatura, não apresenta comprovante de escolaridade ou, ainda que o apresente, haja fundadas razões para que se duvide da sua condição de alfabetizado. Conforme leciona Carlos Eduardo de Oliveira Lula, esses testes almejam constatar: A condição de não-analfabeto do candidato. Assim, durante o processo de registro de candidatura, caso o candidato não possua comprovante de escolaridade, ou ainda que o possua haja dúvidas quanto sua condição de não-analfabeto, pode o magistrado submeter qualquer candidato ao teste de alfabetismo, a fim de verificar se ausente a causa de inelegibilidade.

Ressalte-se que os mencionados testes de alfabetização não podem submeter o candidato ao escárnio público, massacrando sua honra e integridade psíquica, ou seja, violando a dignidade da pessoa

humana. Nesse sentido, o Tribunal Superior Eleitoral já afirmou que é vedada a submissão de candidatos a exames coletivos para comprovação da aludida condição de elegibilidade, uma vez que tal metodologia lhes impõe constrangimento, agredindo-lhes a dignidade humana.

A Corte Superior Eleitoral, em outra oportunidade, decidiu que: O Exame elementar de alfabetização ou teste de escolaridade, em audiência pública, pode comprometer a reputação dos pré-candidatos, que acabam expostos a situação degradante. (...) Nas hipóteses de dúvida fundada sobre a condição de alfabetizado, a aferição se fará individualmente, caso a caso, sem constrangimentos³⁰. Em vez de proceder ao teste do bilhete ou a outros testes de alfabetização, quando o candidato não apresenta comprovante de escolaridade, tem-se admitido a declaração de próprio punho a que se refere o art. 28, § 4º, da Resolução TSE nº 21.608/2004. O Tribunal Superior Eleitoral já chegou mesmo a afirmar que: Na falta do comprovante de escolaridade, é imprescindível que o candidato firme declaração de próprio punho em cartório, na presença do juiz ou de serventuário da Justiça Eleitoral, a fim de que o magistrado possa formar sua convicção acerca da condição de alfabetizado do candidato.

O Analfabetismo no Direito Eleitoral Brasileiro Nada obstante, caso o juiz ainda tenha dúvida quanto à situação de alfabetizado do candidato, poderá, com base na aludida Resolução, determinar a aferição da alfabetização por outros meios, conforme decidiu o Tribunal Superior Eleitoral aos 18 de setembro de 2004, no Acórdão nº 21.920, de relatoria do Ministro Carlos Eduardo Caputo Bastos.

4.2 – DAS PESSOAS ANALFABETAS EM CARGOS ELETIVOS

Recentemente, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, asseverou que não se pode presumir o analfabetismo apenas pelo fato de o candidato ter descumprido ordem judicial de se submeter à realização de teste de escolaridade, quando existirem outros elementos capazes de comprovar a alfabetização.

Na espécie vertente, a candidata, no momento do registro de sua candidatura, apresentou declaração de próprio punho para comprovar a sua escolaridade, tendo se recusado, posteriormente, a comparecer em juízo para a realização de teste. O registro foi indeferido sob o fundamento de que a condição de alfabetizada não foi devidamente comprovada, decisão esta mantida pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

O Ministro Marco Aurélio, relator, entendeu que a candidata preenchia o requisito da escolaridade, em razão de possuir habilitação para dirigir, de já ter concorrido em pleitos anteriores e, ainda, de exercer atualmente o cargo de vereador.

O Ministro Henrique Neves, acompanhando o relator, ressaltou que, na linha de precedentes do TSE, a apresentação da Carteira Nacional de Habilitação seria suficiente para a comprovação da condição de alfabetizado. A Ministra Nancy Andrighi divergiu do posicionamento adotado.

Justiça Federal de Pernambuco candidata em atender a ordem judicial de comparecer em juízo conduzia à presunção do analfabetismo, restando vencida ao final. O que chama a atenção no referido julgado é que o entendimento que veio a prevalecer fixou-se no sentido de que a obrigatoriedade de o candidato comparecer em juízo para a realização do teste ofendia o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Veja-se que a postura de alguns juízes eleitorais no sentido de realizar ditados para aferir se os candidatos são ou não alfabetizados não tem respaldo jurídico, por falta de previsão legal. Pela sua importância e clareza, transcrevemos o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, estampado no RESPE 21707/PB, de relatoria do Ministro Humberto Gomes de Barros: “A Constituição Federal não admite que o candidato a cargo eletivo seja exposto a teste que lhe agrida a dignidade. Submeter o suposto analfabeto a teste público e solene para apurar-lhe o trato com as letras é agredir a dignidade humana (CF, art. 1º, III)”.

De acordo com a Resolução n.º 22.717/2008 do Tribunal Superior Eleitoral¹², é ônus do candidato que pleiteia o registro de sua candidatura perante o Juiz Eleitoral, a comprovação de sua escolaridade, mediante a apresentação do comprovante de escolaridade e, caso não o faça, cabe ao magistrado buscar meios para formar seu convencimento a respeito da instrução do pretendo candidato, desde que individual e reservadamente.

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência dos Tribunais Regionais Eleitorais sobre o tema:

RECURSO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. INELEGIBILIDADE.

ANALFABETISMO. [...] 3) Na análise da alfabetização, por meio de teste, não se exige do candidato boa graça e uso 12 Art. 29. A via impressa do formulário Requerimento de Registro de Candidatura (RRC) será apresentada com os seguintes documentos: (...) IV – comprovante de escolaridade. § 2º A ausência do comprovante a que se refere o inciso IV poderá ser suprida por declaração de próprio punho, podendo a exigência de alfabetização do candidato ser aferida por outros meios, desde que individual e reservadamente. Revista Nº 7.indd 154 23/09/2014 09:57:38 Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco 155 correto do vernáculo, nos termos do par. 1º, do art. 5º, da Resolução do TRE 248/2004. 4) Descaracterizada a inelegibilidade proclamada. Recurso Provido. Sentença reformada. (Recurso em Registro de Candidato nº 11107, TRE/CE, Catarina, Rel. Jorge Aloísio Pires. j. 09.08.2004, unânime).

A jurisprudência retro deixa clara que é indispensável o comprovante de escolaridade junto ao formulário de Requerimento de Registro de Candidatura, na falta deste, o pretendente a se candidatar pode apresentar uma declaração a próprio punho deixando evidente que o mesmo detém conhecimento da língua brasileira.

Ainda que tal conhecimento se limite ao vocabulário regional em que o candidato vive e tem contato direto, não resta comprovado sua condição de analfabeto, nosso idioma é muito rico e variado conforme cada região do país.

RECURSO ELEITORAL EM REGISTRO DE CANDIDATURA. CF/88, ART. 14,

§ 4º. SEMI-ANALFABETO. DIFICULDADE QUANTO À CORRETA GRAFIA

DAS PALAVRAS. ELEGIBILIDADE. [...] 2. A dificuldade em proceder com a correta graça das palavras, mormente quando estranhas ao vocabulário comum da região, não é de conduzir à conclusão de seu analfabetismo. 3. Recurso provido. Registro deferido. (Recurso Eleitoral nº 13600, TRE/CE, Rel. Gizela Nunes da Costa. j. 11.08.2008, unânime).

RECURSO ELEITORAL. INDEFERIMENTO DE REGISTRO DE

CANDIDATURA. ANALFABETISMO. TESTE. 1. Se o candidato demonstra alguma compreensão do texto apresentado, escrevendo de forma inteligível as perguntas acerca do que leu, com letra razoável, demonstrando que sabe ler e escrever, não pode ser considerado analfabeto. 2. Recurso conhecido e provido. (Recurso Eleitoral nº 2531, TRE/GO, Caçu, Rel. Amélia Netto Martins de Araújo. j. 24.08.2004, unânime).

O simples conhecimento do texto, mesmo que seja de forma superficial, não é considerado critério para indeferir a candidatura do indivíduo submetido ao teste que o Juízo fará, como se observa nos julgados supramencionados.

RECURSO ELEITORAL EM REGISTRO DE CANDIDATURA. TESTE DE ALFABETIZAÇÃO. APLICAÇÃO POR PERITA JUDICIAL NOMEADA. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO. EXIGÊNCIA SATISFEITA. RECURSO

PROVIDO. REGISTRO DEFERIDO. O que impede a candidatura é o analfabetismo, conceito extremo que não abrange os semialfabetizados. Concluindo- se da declaração de próprio punho elaborada pelo pré-candidato (art. 29, § 2º, da Resolução TSE nº 22717/08) que ele não se enquadra no conceito de analfabeto, não obstante a precariedade no domínio da escrita, leitura e interpretação e da avaliação feita por pedagoga perita judicial, deve ser provido o recurso em registro de candidatura daquele que consegue ler e escrever o suficiente para externar seus pensamentos (art. 14, § 4º, da Constituição Federal). (Recurso Eleitoral nº 910 (5795), TRE/MS, Rel. André Luiz Borges Netto. j. 27.08.2008, unânime). Revista Nº 7.indd 155 23/09/2014 09:57:38 156 Justiça Federal de Pernambuco

Nos dois casos que segue abaixo, restou claro e evidente que os candidatos foram submetidos aos meios que verificam a alfabetização ou não, e em ambos as candidaturas foram deferidas, mesmo que

tenham sido reconhecidos somente como semianalfabetos, não afastou a hipótese de se candidatarem à cargo eletivo.

RECURSO ELEITORAL. ANALFABETISMO NÃO CARACTERIZADO.

Submetido a teste de verificação de domínio da língua pátria, o que restou provado, na realidade, é que o recorrente sabe ler e escrever, e tão-somente, não tem o domínio do vernáculo, o que não o impede de ser candidato. Recurso conhecido e provido. (Recurso Ordinário nº 2675 (20720), TRE/PA, Rel. Paulo Gomes Jussara Júnior. j. 21.08.2008, unânime).

RECURSO. PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. COMPROVAÇÃO DE SEMI-ANALFABETISMO. DEFERIMENTO. APLICAÇÃO DE TESTE.

HARMONIA COM PARQUET. IMPROVIMENTO. No teste de aferição da condição de elegibilidade há de se verificar no texto se a graça foi no mínimo inteligível e compreensível. Demonstradas estas características, há de se deferir o registro ante a comprovação de ser o candidato semianalfabeto. (Processo nº 3147 (2240), TRE/PB, Serra Branca, Rel. Juiz Carlos Antônio Sarmento. j. 03.08.2004, unânime DJ 03.08.2004).

É de se observar, por fim, que os analfabetos não podem ser votados, mas podem exercer o sufrágio sem nenhuma forma de mitigação, registrando-se, todavia, que o exercício do sufrágio lhes é uma faculdade, e não uma obrigação.

Vinte e um candidatos se inscreveram e se registraram como analfabetos para as eleições municipais de 2020. Eles são inelegíveis segundo a Constituição Federal, mas, caso tenham "capacidade mínima de escrita e leitura", podem comprovar o mérito à Justiça Eleitoral e concorrer.

O levantamento foi feito pelo UOL (2020) com dados disponibilizados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Segundo os registros, 20 tentam vagas em Câmaras Municipais em todas as regiões — entre eles, um busca a reeleição— e um é postulante a vice-prefeito. (TEIXEIRA, 2020).

João Mamede dos Santos (PDT), conhecido como João Boeiro, já exerce o mandato de vereador em Viçosa do Ceará, a 350 km de Fortaleza. O UOL tentou entrar em contato, mas não teve sucesso até a publicação deste texto. À reportagem, o TRE-CE (Tribunal Regional do Ceará) afirmou que seu registro, preenchido pelo partido, consta como "lê e escreve", ou seja, estaria dentro da regra eleitoral.

Segundo o artigo 14 da Constituição Federal, que trata dos direitos políticos, analfabetos e inalistáveis são inelegíveis. Para facilitar o processo, os TREs exigem um comprovante de escolaridade. Caso o candidato não tenha, ele pode provar que sabe ler e escrever.

O candidato tem a oportunidade de provar ao juiz eleitoral que, mesmo que não tenha nenhum diploma, tem o mínimo de compreensão de leitura e escrita, é um direito do cidadão. Se o juiz tiver

dúvidas, o TRE pode ainda aplicar uma prova, afirma o advogado eleitoral Alberto Rollo, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Um caso famoso é do deputado federal Tiririca (PL-SP), que, acusado pelo MPE (Ministério Público Eleitoral) de ter forjado seu registro eleitoral nas eleições de 2012, foi ao STF (Supremo Tribunal Federal), em 2013, provar que sabia ler e escrever. Essa questão foi pacificada pelo TSE em acórdão em 2018. Sempre que o candidato possuir capacidade mínima de escrita e leitura, ainda que de forma rudimentar, não poderá ser considerado analfabeto para fins de incidência da inelegibilidade em questão, decidiu o tribunal. (TEIXEIRA, 2020).

Após o registro de candidatura, cada juiz eleitoral irá analisar e decidir se a pessoa é elegível ou não. Assim é possível haver registro de candidaturas de pessoas analfabetas, mas que terão a elegibilidade julgada pelo juiz eleitoral, ou seja o parágrafo 4º do Artigo 14 da Constituição permanece em vigor, afirmou o TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná).

Tem situações em que o candidato não apresenta a prova da escolaridade, ainda que declare, no RRC [Requerimentos de Registro de Candidatura], grau de instrução diverso de analfabeto. Havendo necessidade de comprovação, pode ser aferida a alfabetização, via de regra, com a aplicação do teste, declarou o TRE-MG (Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais).

4.3- RESPONSABILIDADE CIVIL

Uma das características da democracia é a de derrogar ou diminuir privilégios e proporcionar ao menos igualdade de oportunidades. O artigo 5º assegura que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O art. 214 fala de estabelecimento de plano nacional de educação... que conduza à erradicação do analfabetismo. O art. 205 afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família.

Os analfabetos, por serem tais – e geralmente o são sem culpa sua – se encontram em situação de desigualdade perante os demais. Como regra geral, eles só obtêm emprego de menor qualificação e salário inferior, muito embora alguns, graças a seus extraordinários talentos e desempenhos, consigam amealhar considerável fortuna. Privá-los da elegibilidade é multiplicar desigualdades e debilitar a democracia.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional de 15 de março de 1964, o presidente João Goulart escreveu:

Outra discriminação inaceitável atinge milhões de cidadãos que, embora investidos de todas as responsabilidades civis, obrigados, portanto, a conhecer e a cumprir a Lei, e integrados na força de trabalho, com seu contingente mais numeroso, são impedidos de votar por serem analfabetos.

A verdade já agora irrecusável é que o nosso processo democrático só se tornará realmente nacional e livre, quando estiver integrado por todos os brasileiros e aberto a todas as correntes de pensamento político, sem quaisquer discriminações ideológicas, filosóficas ou religiosas, para que o povo tenha a liberdade de examinar os caminhos que se abrem à sua frente, no comando do seu próprio destino. Para esse passo essencial e inadiável é, a meu ver, imprescindível que se altere a Constituição da República, a fim de nela incorporar, caso nisso aquiesça o Congresso Nacional, no exercício de sua atribuição privativa, com os princípios básicos de nossa vida política, as seguintes normas: – São alistáveis os brasileiros que saibam exprimir-se na língua nacional e não haja incorrido nos casos do art. 135 da Constituição. – São elegíveis os alistáveis. (GOULART, 1964).

Em boa hora, o presidente Castelo Branco, em sua mensagem ao Congresso Nacional de 25 de junho de 1964, ressaltou:

O analfabeto que permanece nesse estágio em virtude de omissões e deficiências da ação estatal [grifo nosso] precisa ser integrado na comunhão nacional pelo reconhecimento de sua condição humana. Eis aí sem dúvida um problema de educação, que se resolverá ao longo de um programa a ser cumprido com tenacidade. Nada, porém, impede que, desde já, se reconheça que a coerência com o princípio da universalidade do sufrágio nos deve levar a alargar o mais possível o exercício desse direito. (CASTELO BRANCO, 1964, p. 244)

Os dois presidentes acima citados, embora não tenham logrado aprovação de suas propostas a favor dos direitos eleitorais dos analfabetos, durante seus mandatos, muito contribuíram para a crescente consciência da justiça da causa. A 10ª Conferência Internacional Americana, reunida em Caracas, em março de 1954, na resolução XXX, tributou homenagem aos países que incluíram na sua legislação o direito de sufrágio a favor da parte analfabeta da população. Em um parágrafo introdutório mencionou com apreço que alguns países, além disso, aboliram qualquer outra discriminação cultural. (MÉXICO, 1990, p. 312).

Terminada a menoridade, está apto para todos os atos da vida civil. Assim pode: ser pai ou mãe de família, com graves deveres para com ela; testar; ter ou não religião; adquirir, alienar ou alugar imóveis; pagar impostos; prestar serviço militar. Por que a lei política há de excluir a presunção de discernimento em que se funda a lei civil e privá-lo da possibilidade de ser eleito? Em 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não inseriu entre “as condições para o exercício de

voto como para a investidura em cargo de administração ou representação econômica ou profissional” a de ser alfabetizado (art. 529).

Na leitura das justificativas de várias Propostas de Emenda Constitucional, em favor da alistabilidade dos analfabetos, há argumentos também válidos para a causa de sua elegibilidade. Valha o exemplo do deputado Armando Falcão, que escreveu, em 1957, em seu Projeto de Emenda Constitucional 15/57: O analfabeto é um cidadão brasileiro para todos os efeitos. Paga impostos, é convocado para o serviço militar, é chefe de família, pertence a partidos políticos, integra associações de classe, participa de campanhas eleitorais, é comerciante, é agricultor, é industrial... O analfabeto tem o ônus da cidadania. Não pode ter, todavia, uma das prerrogativas ou faculdades essenciais, o que, mais do que injusto, é iníquo e odioso.

4.4– ANALFABETISMO PERANTE CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL

O analfabeto funcional é incapaz de interpretar o que leu e expor suas ideias por meio da escrita, por mais simples que elas sejam. Um candidato que for exercer uma função pública deve ser capaz de interpretar e entender questões relativas aos interesses públicos da população. No entendimento de Gomes (2008, p. 143):

É quase impossível, a um analfabeto, reunir as condições necessárias para a tomada consciente de decisões no exercício de funções públicas, porquanto o aparato burocrático é complexo e gigantesco. O argumento de que poderá contar com auxiliares e assessores é primário e deve ser repellido, pois, suas ações poderão ser pautadas por estes. Afinal, os cidadãos elegem o candidato, não seus assessores.

E ainda, no mesmo entendimento relacionado ao analfabeto, Martins (2006, p.104-105) aduz:

A inelegibilidade não é uma questão de preconceito. Até porque, ele pode votar. Hoje, como já disse, mesmo o analfabeto pode ter a partir de meios de comunicação audiovisuais uma noção perfeita do que ocorre no mundo, além do bom senso que a vivência possibilita. Eles não têm, entretanto, o preparo necessário para ocupar um cargo eletivo. E, por uma questão de cautela e de respeito às responsabilidades que o ocupante de cargo eletivo deve assumir, o nosso constituinte atribui aos analfabetos apenas direitos políticos para se tornarem eleitores, mas não para serem eleitos. Um candidato ao exercer uma função pública deverá possuir capacidade de entendimento nas questões relativas à coletividade, tendo em vista que suas decisões serão importantes para a administração de um município, estado ou até mesmo país.

Melo Júnior (2004) cita, como exemplo, o cargo de vereador, que possui uma relevante função política, pois o mesmo é fiscal do prefeito, bem como dos atos administrativos de um município. Se, no caso em questão, for considerado analfabeto funcional, não poderá desempenhar as funções do cargo,

frustrando a vontade do eleitor, mal ferindo o interesse público e lesando o erário, quando a Constituição erigiu o analfabetismo como causa de inelegibilidade, abrangeu também o analfabeto funcional.

Corrobora Alves (2000, p. 2):

Quando a Constituição propugnou a condição de alfabetizado como requisito à elegibilidade restringiu sim a participação do indivíduo na direção política da sociedade. Mas tal restrição encontra fundamento. A administração direta ou a produção legislativa de qualquer cidade não pode ser entregue a quem não sabe ler ou escrever. O Estado de Direito respalda-se no império da lei, o que remonta ao domínio da leitura. Não se concebe que a sociedade seja dirigida por quem, v.g., apenas escreve o nome, incapaz de ler a letra lei. Para o deferimento da candidatura, é necessária a apresentação de um comprovante de alfabetização, seja por diploma ou por declaração de próprio punho, porém nem sempre esse comprovante de escolaridade é válido para comprovar a alfabetização do candidato, ou seja, dependerá até qual série o indivíduo cursou e o nível do ensino escolar em que foi aprovado (podendo não ter professores qualificados para tanto).

Nesse mesmo sentido, aduz Ribeiro (1996):

Um cidadão semianalfabeto, dificilmente poderá gerir os destinos de uma coletividade a contento, sem necessitar de pessoas que o auxilie, podendo ser facilmente manobrado pelos assessores diretos. Além do mais, vivenciamos um emaranhado de normas jurídicas (Leis Orgânicas, Complementares, Ordinárias, Orçamentárias, Resoluções, Convênios) de difícil interpretação e aplicação para os operadores do direito, imaginem para os cidadãos semianalfabetos. O alfabetizado possui a capacidade de vencer os obstáculos que surgem no seu dia-a-dia. Porém, não é suficiente para administrar, durante seu mandato eletivo, documentos que exijam sua decisão na administração pública.

Diante da impossibilidade da elegibilidade de um candidato analfabeto, analisa-se nesse tópico, a posição adotada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Primeiramente, analisar-se-á Recurso Eleitoral interposto pela Coligação Administração, Trabalho e Realização (PP/PSDB), contra sentença prolatada pelo Juízo da 104ª, de Lages, município de Capão Alto, que indeferiu o pedido de registro de candidatura ao cargo de vereador, por entender que o pré-candidato não é alfabetizado. Acórdão n. 22448, Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina:

RECURSO - REGISTRO DE CANDIDATURA - CANDIDATO QUE NÃO COMPROVA SER ALFABETIZADO - INELEGIBILIDADE DO ART. 14, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – DESPROVIMENTO.” (BRASIL, 2008). Neste

acórdão, o Juiz e relator do processo, Jorge Antonio Maurique, relataram que acerca da questão, o pré-candidato apresentou uma declaração de escolaridade de próprio punho, na qual indicava estar cursando o supletivo e o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). No caso em apreço restou dúvida quanto à alfabetização do pré-candidato, tendo em vista a realização de teste que demonstrou que o candidato não havia condições de se expressar por

escrito, resultando, assim, em seu analfabetismo. 50 Importante salientar que, ausente o comprovante de escolaridade, ou restar dúvida de sua alfabetização, é viável a realização de teste para aferir a alfabetização do candidato. Hipótese em que, realizada a avaliação, o candidato não conseguiu expressar-se por escrito de forma a ser compreendido, demonstrado está seu analfabetismo. (BRASIL, 2008).

Dessa forma, o relator, em seu voto, sustentou que houve a inelegibilidade por analfabetismo, tendo em vista que para um indivíduo ser considerado alfabetizado é exigido que ele consiga ler e escrever de maneira compreensível.

Além disso, segue recurso interposto por candidato, representado por advogado devidamente habilitado, contra sentença proferida pelo Juiz da 7ª Zona Eleitoral, no município de Campos Novos, que indeferiu seu pedido de candidatura pela ausência de comprovante de alfabetização. Acórdão n. 19126, Tribunal Regional Eleitoral/SC:

RECURSO - INDEFERIMENTO DE REGISTRO DE CANDIDATURA - TESTE DE ALFABETIZAÇÃO - NÃO-COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ALFABETIZADO - INELEGIBILIDADE - ART. 14, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA A QUO - DESPROVIMENTO. É

inelegível, a teor do art. 14, § 4º, da Constituição Federal, postulante a cargo de vereador que, submetido a teste de alfabetização, não comprove que sabe ler e escrever, devendo ser indeferido seu registro de candidatura. (BRASIL, 2004).

O relator, Juiz Hilton Cunha Júnior, em seu voto, indeferiu o pedido de candidatura do cidadão. Fundamentou seu posicionamento na Resolução do TSE n. 21.608/2004, decorrente da ausência de comprovação de escolaridade e, ao realizar o teste, que consistiu em ler um pequeno texto e escrever qual assunto principal e, depois, escrever qual seu plano de trabalho, se eleito vereador, o recorrente deixou o teste em branco e teve dificuldade para escrever seu nome. E, ainda, concluiu que analfabeto é quem não possui nenhuma aptidão, ainda que mínima, para escrita e a leitura (BRASIL, 2004).

No julgado retro, o candidato pretendia concorrer a cargo eletivo para vereador, e teve seu direito de acesso ao sufrágio universal amparado, tendo sua candidatura deferida perante a justiça, não sendo evidente o analfabetismo, se valendo do direito de votar e ser votado.

Dessa forma, conforme fundamentado pelo relator, este conheceu do recurso, porém negou-lhe provimento, indeferindo o registro de candidatura ao cargo de vereador. Analisar-se-á, Recurso interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão prolatada pelo Juízo da 2ª Zona Eleitoral, que julgou improcedente a impugnação proposta por aquele, deferiu o pedido de candidatura do cidadão, por entender comprovada sua condição de elegibilidade.

RECURSO - REGISTRO DE CANDIDATURA - ALFABETIZAÇÃO - DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO - IMPUGNAÇÃO - ALEGAÇÃO DE QUE NÃO FORA ESCRITA PELO PRÓPRIO CANDIDATO - JUNTADA DE COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE - DEFERIMENTO DO REGISTRO DE

CANDIDATURA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Não há como considerar analfabeto o candidato que comprova ter cursado as quatro séries iniciais do ensino fundamental. Acórdão n. 22350, Tribunal Regional Eleitoral/SC. (BRASIL, 2008).

O relator, Juiz Volnei Celso Tomazini, em seu voto, relatou que, acerca da questão, o pré-candidato apresentou declaração firmada pela Escola em que concluiu o quarto ano do Ensino Fundamental. No caso em apreço, restou comprovada a condição de elegibilidade do candidato, o que fez com que o relator reconhecesse o recurso, mas negando-lhe provimento e mantendo a decisão que deferiu o pedido de candidatura.

Ainda a respeito do indeferimento do registro da candidatura, tendo por base o analfabetismo do cidadão candidato, segue recurso interposto por três pré-candidatos ao cargo de vereador, contra decisão proferida pelo Juiz da 31ª Zona Eleitoral – Tijucas, município de Bombinhas, que indeferiu o pedido de candidatura, inscritos pela coligação “União por um Novo Município”.

Acórdão n. 11999, do Tribunal Regional Eleitoral/SC:

RECURSOS. REGISTRO DE CANDIDATOS A VEREANCA. TESTE DE CONHECIMENTO. NIVEL DE INSTRUCAO PRECARIO. ALFABETIZACAO NAO COMPROVADA. INELEGIBILIDADE. CONHECIMENTO E

IMPROVIMENTO DO APELO. (BRASIL, 1992). Neste acórdão, o relator, Juiz Marcílio João da Silva Medeiros, assevera que os pré-candidatos apresentavam “[...] sérias dificuldades de leitura, agravando-se a situação, quando de escrita, observados os imensuráveis erros de ortografia, as inversões de palavras e a ininteligibilidade dos textos.” (BRASIL, 1992).

Muito embora um dos candidatos tenha apresentado comprovante de escolaridade até o quarto ano, não foi suficiente para comprovar sua alfabetização. A respeito desse caso, o relator sustentou que embora haja lido silabicamente, escreveu ininteligivelmente, o que, de igual sorte, torna-se inapto ao concurso eletivo. (BRASIL, 1992).

Mesmo que se tenha completos os primeiros quatro anos de alfabetização, ainda que reste dúvidas, o relator não achou viável deferir a candidatura, embora leu com dificuldades e não escreveu de maneira correta, restou indeferida a candidatura por falta de alfabetização concreta do pretendente a pleito eletivo.

Entretanto, nota-se que mesmo o cidadão tendo cursado até o quarto ano do ensino fundamental, não foi o suficiente para materializar a sua alfabetização. Dessa forma, o argumento quanto à

elegibilidade do candidato e dos demais não foi sustentado. O relator conheceu do recurso, porém negou-lhe provimento, indeferindo o registro de candidatura aos três candidatos ao cargo de vereador.

Por fim, tem-se o Recurso interposto pela Coligação Witmarsum para Todos, requerendo, em síntese, o registro da candidatura ao cargo de vereador, no Município de Witmarsum, 14ª Zona Eleitoral, sendo indeferido pelo Juízo de primeiro grau: Acórdão n. 18.998 do Tribunal Regional Eleitoral/SC:

RECURSO - REGISTRO DE CANDIDATURA - COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE - TESTE DE ALFABETIZAÇÃO - PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE DA RAZOABILIDADE A Resolução TSE n.

21.608/2004, no seu art. 28, § 4º, confere ao juiz – na ausência do comprovante de escolaridade – a possibilidade de determinar a aferição da condição de alfabetizado por outros meios, o que inclui a realização de testes. Todavia, a elaboração desses exames deve ser norteadada pelos primados da razoabilidade e da proporcionalidade, estabelecidos critérios valorativos condizentes com as condições socioeducativas da comunidade, visando a comprovar, unicamente, a condição de alfabetizado do postulante ao cargo eletivo. (BRASIL, 2004)

O relator e Juiz, Rodrigo Roberto da Silva, relatou que, muito embora o candidato tenha apresentado a documentação necessária para a comprovação de sua elegibilidade, o Juiz Eleitoral, entendendo ser necessário, está autorizado a aferir por outros meios a alfabetização do candidato, como, por exemplo, a realização de um teste para verificar se o recorrente sabe ler e escrever. Relata, ainda, que o magistrado deve se basear no princípio da razoabilidade e proporcionalidade ao aplicar o teste de alfabetização. No presente caso, não restou dúvida quanto ao grau de dificuldade do teste, capaz de aferir não só a alfabetização como o raciocínio lógico e análise interpretativa.

O relator aborda algumas discussões acerca do termo analfabeto:

O termo analfabetismo é um tanto vago, não havendo um conceito unívoco, seguro e definitivo, que possa ser aplicado com precisão no âmbito da legislação eleitoral. O que se verifica é a existência de gradações diversas envolvendo o conceito de alfabetismo. Existem aqueles que soletram palavras com dificuldade, outros leem com maior fluidez, mas não compreendem efetivamente o texto lido. Há, ainda, pessoas que tão-somente escrevem o seu nome, os que redigem com dificuldades erros ortográficos. (BRASIL, 2004)

Ainda sobre o analfabetismo, o relator Silva (apud COSTA, 2000, p. 121) enfatiza:

O Juiz Eleitoral deverá ter a justa compreensão da realidade social de sua comunidade, de modo a aplicar o preceito constitucional dentro da zona de penumbra do conceito de analfabetismo, com vistas à adequação da norma à comunidade concreta, com suas necessidades e mazelas. Assim, a um só tempo fará justiça e contribuirá para a democracia de seu País.

Nesse sentido, ao aplicar o teste de alfabetização, o Juiz Eleitoral deverá levar em conta as condições socioeducativas no qual o candidato vive, aplicando o princípio da razoabilidade e proporcionalidade. No caso em questão, o candidato trouxe aos autos fotocópia do boletim escolar, bem como comprovante de atuação de relator pela Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município.

Ante a essas considerações, o relator reconheceu o recurso e deu provimento ao registro de candidatura para o cargo de vereador. Portanto, de acordo com os acórdãos proferidos pelos Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, observa-se que o posicionamento deste Tribunal considera elegível aquele candidato que possua um mínimo de educação, formação cultural e social para atender as necessidades da sociedade.

Embora a Constituição não tenha adotado uma forma expressa para uma qualificação técnica daqueles que concorrem a cargos políticos, cabe ao Judiciário fazer cumprir esse papel, dando-lhe efetividade e impedindo que aquele que sabe apenas escrever o próprio nome venha a ocupar um cargo eletivo e, conseqüentemente, prejudicar a população.

Diante das infundáveis discussões acerca das condições de elegibilidades e inelegibilidades, sabe-se que a alfabetização é um requisito para um candidato eleger-se. O exame para verificar a condição de alfabetização é de competência do Juiz Eleitoral. Os meios para a comprovação da condição de alfabetizado podem ser livres, variam desde a conferência da assinatura no pedido, até a realização de exame específico das habilidades de leitura e escrita.

Primeiramente, analisar-se-á Recurso Especial Eleitoral n. 30465, em que o Tribunal Regional Eleitoral/BA reformou a sentença proferida pelo Juízo da 204ª Zona Eleitoral e deferiu o registro de candidatura do cidadão. Dessa decisão, o Ministério Público Eleitoral interpôs Recurso Especial. Acórdão n. 30465, do Tribunal Superior Eleitoral:

RECURSO ESPECIAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. INDEFERIMENTO. ANALFABETISMO. AFERIÇÃO. JUIZ ELEITORAL. INELEGIBILIDADE. DECISÃO REFORMADA PELA CORTE REGIONAL. FUNDAMENTO. ANTERIORIDADE. EXERCÍCIO. MANDATO ELETIVO. VIOLAÇÃO. CF, ART. 14, § 4º, LC Nº 64/90, ART. 1º, ALÍNEA A. DIVERGÊNCIA. SÚMULA Nº

15-TSE. PROVIMENTO. 1. Comprovado pelas instâncias ordinárias que o candidato não é alfabetizado, independentemente de anterior exercício de cargo eletivo, impõe-se o indeferimento do seu registro, por incidir a inelegibilidade prevista no art. 14, § 4º, da Constituição Federal. Precedentes. (BRASIL, 2008).

Acima temos um caso em que a candidatura foi indeferida, por insuficiência de comprovação do grau de escolaridade, mesmo que ausente no RRC (Registro de Requerimento de Candidatura) o

comprovante de alfabetização, ao ser chamado em juízo para averiguar sua capacidade, mostrou infrutífero quanto ao domínio mínimo do português.

Neste caso, o relator, Ministro Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira, em seu voto, ressalta que:

O acórdão regional, ao afastar a inelegibilidade decorrente da falta de alfabetização, pelo fato de o candidato já ter exercido mandato de vereador, diverge, frontalmente, da orientação jurisprudencial desta Corte a respeito do tema, nos termos consolidados na Súmula nº 15-TSE3, da qual decorre o entendimento, aplicável à espécie, de que a presunção de ser o candidato alfabetizado, pelo fato de já ter exercido mandato eletivo, se desfaz quando não obtém êxito na aferição realizada. (BRASIL, 2008).

Diante da Súmula n. 15/TSE, não é garantia para a elegibilidade a um cargo político aquele indivíduo que já tenha participado de um pleito anterior, essa circunstância não é suficiente para a comprovação de alfabetização do candidato. O relator deu provimento ao recurso para indeferir o registro de candidatura ao cargo de vereador.

Importante salientar que, para Santos (2002), a jurisprudência é unânime em garantir a possibilidade de não-aceitação do pedido de registro de candidatura se o juiz se convencer da condição de analfabeto.

Conforme já decidido pelo Tribunal (Recurso Especial nº 21.920, rel. Min. Caputo Bastos), para comprovação de alfabetização:

É facultado ao candidato, na Aprovação do verbete em sessão, na 172ª Sessão Administrativa, em 22 de outubro de 1996. Ausência de comprovante de escolaridade, apresentar declaração de próprio punho. Não obstante, é permitido ao juiz, se for o caso, determinar a aferição da alfabetização, por outros meios, o que será feito caso persista dúvida quanto à declaração apresentada. 2. As condições de elegibilidade e das causas de inelegibilidade são aferidas a cada pedido de registro do candidato perante a Justiça Eleitoral, não podendo ser invocado eventual deferimento atinente à eleição pretérita. 3. Conforme disposição expressa da Súmula TSE nº 15 e já decidido em relação ao pleito de 2008, 'o exercício de cargo eletivo não é circunstância suficiente para, em recurso especial, determinar-se a reforma de decisão mediante a qual o candidato foi considerado analfabeto'. (BRASIL, 2008)

No caso em apreço, o relator, Ministro Arnaldo Versiani, em seu voto, relatou que, tendo em vista o caráter duvidoso na declaração de próprio punho do candidato, o magistrado de primeiro grau determinou a realização do teste de alfabetização. No entanto, o candidato não compareceu para fazer o determinado teste, o que resultou na insuficiência de provas para a comprovação de sua alfabetização. E, ainda, quanto ao fato de o candidato já ter exercido um mandato eletivo, não o torna elegível, pelo fato de não ter comprovado sua escolaridade em relação a essa nova candidatura. Em

face dessas considerações, o relator, Ministro Arnaldo Versiani, manteve a decisão agravada e negou provimento ao agravo regimental.

Além disso, após recurso julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, Acórdão n. 21.732, ação de impugnação ao registro de candidatura, ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral, o registro de candidatura foi indeferido pelo Juiz Eleitoral. Acórdão n. 21732, do Tribunal Superior Eleitoral:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REGISTRO DE CANDIDATO.

ANALFABETISMO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. Confissão do candidato, em audiência reservada, de sua condição de analfabeto. A assinatura em documentos é insuficiente para provar a condição de semialfabetizado do candidato. (BRASIL, 2004). O relator, Ministro Gilmar Mendes, em seu voto, relatou que “assinar o próprio nome não é suficiente para que o candidato seja considerado alfabetizado”. (BRASIL, 2004).

Por isso, no que concerne ao teste de avaliação sobre o nível de letramento do candidato, torna-se mais coerente e produz informações mais realistas para os tomadores de decisão na área educacional e política se houver um teste que comprove. Relata, também, que, na audiência para a realização do teste de alfabetização, o candidato confessou não conseguir ler e escrever, sabendo apenas assinar seu nome.

De modo geral, o assunto é pacífico e unânime, sendo que os julgados analisados estão em consonância com o que está previsto na Constituição Federal, ou seja, dão aplicação imediata ao art. 14, § 4º, da CF. (BRASIL, 1988). Neste sentido, conforme os acórdãos supracitados, aquele candidato que sabe escrever e interpretar aquilo que está escrito, deixa de ser analfabeto funcional, e torna-se elegível para exercer um cargo político.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O analfabetismo brasileiro remonta séculos de descaso e aproveitamento das classes dominantes sobre a grande massa escrava, trabalhadora ignorante, primeiro com os portugueses, depois com os filhos destes no Império e ultimamente com uma República de pouco mais de 120 anos, que passou por diversos momentos de exceção, até o período de redemocratização, que culminou com a Constituição Federal de 1988.

A educação propiciada pelo Estado Brasileiro durante todo esse tempo retirou o País de uma quase completa ignorância nos idos da segunda metade do Séc. XIX, diminuindo os índices de analfabetismo até a atual faixa, estacionada nos 10%, duros e inflexíveis. Embora secularmente decrescente, em

números absolutos, o analfabetismo mantém curva ascendente, o que mostra a inaptidão e desinteresse do Estado Brasileiro em educar seu povo.

Os diversos Planos Nacionais de Educação, as metas educacionais da UNESCO quase nunca atingidas, e os rompanes eleitorais de aumento do investimento do PIB em educação somente demonstram e realçam o espírito de Macunaíma intumescido nas veias dessa terra. A par dessas conclusões, não se pode mais responsabilizar o analfabeto que foi vitimado secularmente pela falta de educação, suprimindo-o da vida política plena, somente pela premissa constitucional - isso em pleno Séc. XXI - de sua inaptidão intelectual.

Na história, numerosas injustiças foram corrigidas por etapas. Muitos dos que preferiam ver os analfabetos como eleitores e elegíveis de uma só vez – como aconteceu com as mulheres alfabetizadas no Código Eleitoral de 1932 – optaram por concentrar os esforços primeiramente na alistabilidade deles e delas, conquistada, conquanto serodiamente, em 1985. Aplausos calorosos aos que promovem ou cursam, em todos os níveis, escolas modelares não nos eximem da obrigação moral de expungir, urgentemente, esta grave nódoa da nossa Constituição.

A forma como se compreende o analfabetismo também pode e deve ser ampliada, uma vez que a interação social e política não é limitada àqueles que detêm o conhecimento e a capacidade da leitura e da escrita. Ainda, não basta reconhecer a capacidade de partícipe ativo da vida política do analfabeto, faz-se necessário, também, reconhecer que a maneira de expressão e convívio do analfabeto em comunidade artigo.

A conquista da alistabilidade com ressalvas, permitindo o analfabeto de votar se assim o quiser, demonstra o preconceito e reconhecimento da falha Estatal em educar a população, não se torna suficiente depois de 25 anos da promulgação da Constituição dita cidadã. É patente a inconstitucionalidade da regra constitucional da inelegibilidade do analfabeto.

Urge equipar todos os cidadãos, analfabetos ou não, em pleno exercício do longo direito de igualdade de primeira geração, ao direito da elegibilidade eleitoral, fato perpetrado quase que incondicionalmente no mundo ocidental, dando vazão e aplicação imediata aos tratados de direitos humanos sobre a participação política e democrática incondicional, preparando o país para uma futura reforma política, já tão discutida, tendo como outro pilar de sustentação a discussão da obrigatoriedade do voto.

Trazer o analfabeto à ampla participação política, da mesma forma, prepara o País para sua intenção de ingressar na vida comunitária internacional de forma plena, sem reservas, ressentimentos históricos ou nódoas ideológicas no plano constitucional interno. Buscar o analfabeto das trevas políticas é erguer a cabeça e reconhecer o passado de descaso educacional brasileiro, muitas vezes inglório, mas que não pode se perpetuar no futuro da nação.

Ainda, reconhecer outro status político aos analfabetos também importa em afastar preconceitos impostos a este grupo da população que é reconhecido por sua marginalidade, periculosidade e risco de subversão.

O analfabetismo não pode ser, portanto, em momento algum relacionado à ignorância, falta de conhecimento e incapacidade laborativa ou cognitiva, sobretudo porque inúmeros pesquisadores reforçam o argumento de que analfabetos possuem plenas condições do exercício de seus direitos e deveres nas mais diversas searas, como também na política. Nesse sentido, ao se tratar o analfabetismo não como um impedimento ao completo exercício das capacidades intelectuais humanas, do convívio comunitário e do debate político está se reconhecendo a capacidade do analfabeto em exercer a sua capacidade eleitoral passiva, o direito de ser votado.

Portanto, os posicionamentos e argumentos desenvolvidos corroboram a incongruência do analfabetismo como hipótese de inelegibilidade constitucional, não é por outro meio que se extrai do texto constitucional normas que tendem a demonstrar o regime social de cidadania plena que não comporta qualquer forma de discriminação ou de status de cidadania diferenciado, importando a elegibilidade dos analfabetos em um direito fundamental que necessita de amplo debate e reconfiguração que possibilitem a plenitude da cidadania em nosso sistema jurídico constitucional conformador de um Estado Democrático de Direito plural e de ampla participação política.

Muito embora tem-se admitido o simples conhecimento rústico da língua portuguesa para o deferimento de candidaturas à cargos eletivos, tendo em vista o cargo e a importância deste, sabendo que um agente político tem poderes para criar leis e propor projetos que afetam diretamente os cidadãos, entende-se que os critérios de averiguação de alfabetização deveriam ser mais rígidos, ou até mesmo a exigência de um curso de nível superior voltado para área das ciências políticas e públicas, não deixando a sensação de insegurança para os eleitores que figuram o polo ativo no direito de sufrágio.

6- REFERÊNCIAS

Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 31937, TSE, Rel. Min. Ricardo Lewandoswki, j. 05/05/2009, DJE 02/06/2009.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Direitos políticos. Partidos políticos. Brasília. 1991.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo, Saraiva, 1999.

BORN, Rogério Carlos. Panorama do Direito Eleitoral e Partidário. 1ª Ed. Curitiba, Intersaberes, 2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: maio/2021.
BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAMBI apud DANTAS, Humberto; CARUSO, Vinícius. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. E-legis 7/22-33. Acesso em 04 de novembro de 2020. Disponível em: revistadoSTribunais.com.br.

CASTRO, Jorge Abrahão, Evolução e desigualdade na educação brasileira. Educ. Soc. vol.30 no.108 Campinas. 2009

IBGE. Censo do IBGE 2019, disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20segundo%20a%20Pesquisa,havia%20sido%206%2C8%25>. Acesso em: 10/10/2020.

IBGE. Censo do IBGE 1872. disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 10/10/2020.

INEP. Dados do INEP 2019. Disponível

em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/escolas-publicas-atendem-45-milhoes-de-alunos-o-brasil/21206. Acesso em: 18/10/2020.

Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. 1 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2015. ÉSMEIN, A. Elements de Droit Constitutionnel, p.587, vol.I.

FILHO, Francisco Octavio de Almeida Prado, 2013, apud José Afonso da Silva. Curso de direito constitucional positivo. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. Disponível em: revistadoSTribunais.com.br. Acesso em 14 de novembro de 2020.

FUENTES, André, publicado em 12 de fevereiro de 2014. Disponível

em:<https://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/brasil-e-o-8-pais-com-mais-adultos-analfabetos-do-mundo/> Acesso em: 20/10/2020.

GAZZOLA, Marcus Vinícius. A (in) elegibilidade do analfabeto. Marília, 2013. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em 23 de outubro de 2020.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 12 ed. São Paulo, Atlas, 2016.

_____. Direito Eleitoral. 2. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAGALHÃES, Márcio Carvalho. A educação como elemento propulsor do estado democrático de direito. Revista de Direito Educacional | vol. 6/2012 | p. 181 - 246 | Jul - Dez / 2012 |

DTR\2013\350. Disponível em:

<https://www.revistadoatribunais.com.br/maf/app/widgetshomepage/resultList/document?&src>

=rl&srguid=i0ad82d9a00000174b613b547dbe67c1b&docguid=l1bc5bcb05bb811e2bc9a0100

00000000&hitguid=l1bc5bcb05bb811e2bc9a010000000000&spos=11&epos=11&td=285&c

ontext=31&crumb-action=append&crumb-

label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1#.

Acesso em: 22/09/2020.

MANOEL Gonçalves Ferreira Filho. Curso de Direito Constitucional, 5.ª ed., São Paulo, Saraiva, 1975.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 24. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTTA, Sylvio; BARCHET, Gustavo. Curso de Direito Constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus Jurídico, 2009.

NISS, Pedro Henrique Távora. Direitos Políticos. 2.ed. Bauru: Edipro, 2000.

PAIVA, Fábio Holanda Gadelha de. O analfabetismo no direito eleitoral brasileiro. Revista Eleitoral, Natal, v. 26, 2012.

PAIVA, Fábio Holanda Gadelha de. O analfabetismo no direito eleitoral brasileiro. Revista Eleitoral, Natal, v. 26, 2012.

PEDRA, Adriano Sant'ana. A inelegibilidade do analfabeto segundo uma perspectiva concretista. Revista de informações Legislativas. Senado Federal. Ano 48, número 189. Brasília, 2011.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1986. p 60 SANCHEZ Agesta, Sistema político de la Constitución española de 1978. 1978.

SANTOS, José Antônio. Direito Eleitoral: As leis que regem as eleições no Brasil, Aracaju, 2019.

SILVA, Daniela Romanelli da, Os direitos políticos no Estado democrático de direito. Agosto de 2004.

SILVA, Guilherme de Abreu. Elegibilidade dos Analfabetos: por uma reconfiguração à luz da plenitude da cidadania. Revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, v.3, n.2, ano 2014.

TEIXEIRA, Lucas Borges. Apesar de inconstitucional, 21 analfabetos se inscrevem para eleições. Notícias UOL, Política. Eleições 2020. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/09/28/analfabetos-eleicoes-municipais-2020>. Acesso em Junho 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estudos Eleitorais. Volume 6, número 2, agosto 2011. Disponível em:

https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogopublicacoes/pdf/estudos_eleitorais/estudos_eleitorais_v6-n2.pdf#page=30 Acesso em: 03 de maio de 2021.

VERBO JURÍDICO, Vade Mecum Verbo Jurídico, São Paulo, Verbo Jurídico, 2017.

ZAVASKI, Teori Albino, Direitos Políticos: perda, suspensão e controle jurisdicional, p. 3 *ibid*.

ZILIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral: Noções preliminares, Elegibilidade e Inelegibilidade, Processo Eleitoral (da convenção à diplomação), Ações Eleitorais, 4ª edição, Verbo Jurídico. São Paulo. 2014.